

*Histórias de Trabalho*  
*da*  
*Receita Federal do Brasil*

13º concurso - 2022

*Prosas e Poesias*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Fazenda**

Fernando Haddad

**Secretário Especial da Receita Federal do Brasil**

Robinson Sakiyama Barreirinhas

**Subsecretária-Geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil**

Adriana Gomes Rêgo

**Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da**

**Subsecretário Especial da Receita Federal do Brasil**

Mário José Dehon São Thiago Santiago

**Coordenadora-Geral de Atendimento**

Aurea Nazaré de Mendonça

**Chefe da Divisão de Memória Institucional**

Fabiane Paloschi Guirra

**Comissão Julgadora do 13º Concurso Histórias de Trabalho da RFB**

Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão

Ana Catarina de Lucena - Ouvidoria/RFB

Celso Viafora - SRRF08

Carlos Roberto Block - Suara/Cogea

Rudimar Radatz - DRF/Passo Fundo

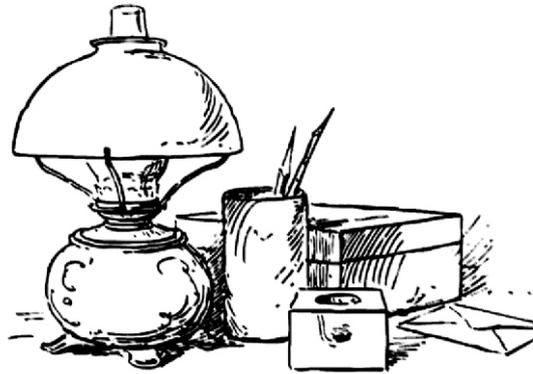


Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

*Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil*

13º Concurso - 2022

*Prosas e Poesias*



**Receita Federal**

Memória Institucional

Copyright 2023 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

**Capa e Diagramação**

*Marcia Palma de Azevedo*

**Imagem da capa**

*Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB*

**Revisão Ortográfica**

*Márcio da Silva Ezequiel*

**Tiragem**

*400 exemplares*

Ministério da Fazenda / Receita Federal do Brasil / Memória Institucional - Brasília: RFB, 2023

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 13º Concurso, 2022.

109p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	VII
<b>Prefácio</b> .....	IX
<b>Introdução</b> .....	XI
<b>Prosas Premiadas</b>	
100 anos de IR: Para mim da História de Elsa até hoje.....	19
De parar o trânsito .....	25
Amizade inusitada.....	29
<b>Menção Honrosa</b>	
Rendimentos de qualquer origem.....	39
<b>Prosas Classificadas</b>	
A minha história e a história do Imposto de Renda .....	45
Black friday: questão de autoridade.....	49
Dicas de gestão .....	53
História fantástica de um mero servidor público - em aventuras de trabalho.....	58
O Imposto de Renda e o poder divino.....	61
O primeiro alvo a gente nunca esquece.....	65
Os mineiros e a Receita Federal.....	67
Tributo à Aduana.....	70



**Poesias Premiadas**

Um século do nascimento do Imposto de Renda e sua precípua missão.....	75
IR ano 100 .....	85
Cem anos – um veterano e eterno aprendiz.....	91

**Menção Honrosa**

Imposto de Renda .....	101
------------------------	-----

**Poesia Classificada**

Correspondência postal.....	107
-----------------------------	-----



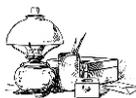
## *Apresentação*

Anualmente, o Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil, criado em 2010, possibilita o compartilhar de impressões de seus servidores no âmbito de suas atividades na Instituição por todo o país. Os relatos escolhidos a partir do despertar mnemônico diante da evocação ao passado, ora resgatam aspectos técnicos na superação de problemas, ora rememoram situações vividas no atendimento ao contribuinte. Não resta dúvida, contudo, que todos são ditados pelo coração.

Aspectos marcantes, pitorescos, por vezes até engraçados, recentes ou mais antigos, ganham as linhas no resgate do fazer cotidiano do corpo funcional da Receita. Lembranças de casos protagonizados por ativos ou aposentados tomam a forma de livro e mais que o simples ocupar de estantes, transformam-se em receptáculos da força laboral que faz mover o motor da governança do bem comum por meio da arrecadação.

O presente volume abrange duas modalidades: depoimentos verídicos em prosa e em poesia, dentre os quais a comissão julgadora seleciona, conforme o regulamento, três vencedores em cada categoria e menções honrosas, tendo sido premiados com troféu e certificado. Além dos laureados, esta coletânea contém ainda as demais histórias classificadas, totalizando 13 trabalhos em prosa e 5 em versos.

Parabenizamos e agradecemos a todos que dedicaram seu tempo para registrar suas impressões e memórias com ênfase para a temática desta edição que celebra o centenário do Imposto de Renda no Brasil. Reiteramos o convite para que continuem colaborando, bem como estimulem aos demais colegas a também relatarem suas histórias de trabalho.



## VIII

Agradecemos à toda equipe da Divisão de Memória Institucional, em especial aos servidores Márcio Ezequiel, que presidiu a Comissão Julgadora e revisou os textos; Márcia Palma de Azevedo, responsável pela diagramação e projeto gráfico, bem como aos demais membros da Comissão pela excelente colaboração na avaliação dos trabalhos.

Desejamos a todos uma boa leitura!

*Fabiane Paloschi Guirra*  
*Chefe da Divisão de Memória Institucional*  
*da Receita Federal do Brasil*

## *Prefácio*

*«A memória institucional não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como marco referencial do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da Organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros.»*

*Karen Worcman,  
Memória do futuro: um desafio, 2004.*

A Memória Institucional constitui uma nova e consagrada área no serviço público, permitindo que as instituições aprendam com sua própria história, compreendendo suas trajetórias e evoluções e, por conseguinte, tenham acesso a impressões valiosas para a tomada de futuras decisões.

Seu campo de atuação circunscreve-se em um conjunto de práticas e procedimentos que visam preservar e valorizar a história e a cultura organizacional, bem como proteger do esquecimento as informações e expertise alcançados ao longo do tempo. Dessa forma, a gestão pública se beneficia da experiência acumulada, evitando erros e aproveitando oportunidades para aprimorar sua atuação.

Mais do que isso, entretanto, está o benefício da valorização dos funcionários e de suas contribuições para a administração pública por meio do registro de suas vivências laborais. Assim, a Memória Institucional reconhece a importância dos servidores públicos como agentes ativos na construção da cultura e imagem organizacional, contribuindo para a sua motivação, ao reforçar sua identidade com a Instituição e sua missão.

Seguindo esta linha, importa destacar que a Memória não se atém apenas à documentação e ao registro de dados históricos, mas ao compartilhamento e à difusão dessas informações, de modo que também possa servir à promoção de uma maior



participação e fiscalização cidadã, oferecendo transparência sobre os serviços prestados e, principalmente, trazendo à tona a esfera humana daqueles que estão por trás de um guichê ou estação de trabalho a serviço da população.

Na Receita Federal do Brasil, esta tarefa de resgate compete à Divisão de Memória Institucional a quem cabe gerir e executar as atividades relativas ao acervo histórico e à preservação de documentos e objetos de interesse da Administração Tributária Federal. Passou a constar no regimento interno da casa em 2007, sendo herdeira do Projeto Memória da Receita, desenvolvido pela Assessoria Especial de Modernização que teve funcionamento nos anos 1980.

Um de seus produtos mais assíduos têm sido os volumes publicados com os depoimentos colhidos pelo Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal. Na virada de 2022 para 2023, o Imposto de Renda completou 100 anos no Brasil e nossos servidores foram convidados a narrar em prosa e verso suas experiências de trabalho ligadas ao tributo ora celebrado. Ainda que não fosse o único assunto aceito na inscrição, muitos relatos trouxeram o tema em suas linhas.

Dessa forma, a prosa premiada com o primeiro lugar, “100 anos de IR: Para mim da história de Elsa até hoje”, de autoria de Moisés Boaventura Hoyos, trouxe uma narrativa repleta de nostalgia sobre a relação imagética do leão a partir da infância do autor com o Imposto de Renda e a Receita Federal.

A poesia que levou a primeira colocação, “Um século do nascimento do IR e sua precípua missão”, escrita por Honorino José Gonçalves, movimentou pena e tinteiro para contar em versos a cronologia da evolução daquele imposto no Brasil.

Como menção honrosa, coube destaque ao texto “Rendimentos de qualquer origem”, pelo qual João Bosco Silveira da Silva, apresentou um caso de quebra de sigilo, não fiscal, mas passional, durante um atendimento.

Por fim, a poesia com menção honorífica foi intitulada Imposto de Renda e com lavra de João Batista da Silva Machado cantou uma ode ao tributo em primeira pessoa.

Boa leitura.

*Mário José Dehon São Thiago Santiago*  
*Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento*  
*da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

## *Introdução*

*«De fato, a memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade.»<sup>1</sup>*

*Jöel Candau.  
Antropólogo, sociólogo e  
teórico da Memória.*

Nesta edição do Histórias de Trabalho, foi sugerido aos servidores para suas narrativas em prosa e verso como temática preferencial o Imposto de Renda. A escolha não foi fortuita, integrando as comemorações pelo centenário do tributo, criado em 31 de dezembro de 1922. Antes de seguir a leitura pelas histórias registradas no presente volume, apresentam-se aqui algumas mudanças ocorridas na estrutura fazendária a partir da implementação do Imposto de Renda no Brasil.

De imediato, exigia-se uma estrutura própria para as inéditas frentes de trabalho com o novo tributo. Francisco Tito de Souza Reis, o tributarista que elaborou o projeto que resultou na implantação do Imposto de Renda no país, foi o primeiro que alertou sobre a necessidade de criação de um órgão específico para a fiscalização e cobrança do IR. Com ele, surgia um novo braço no organograma da administração tributária, a iniciar com a instituição de uma Delegacia Geral do Imposto de Renda e suas respectivas projeções regionais.

O tributarista sugeriu que se aproveitasse a mão de obra dos funcionários fazendários já nomeados, pois, segundo ele, “faltava a repartição, não o homem”.<sup>2</sup> Referia-se aos servidores incumbidos das atribuições atinentes à nova obrigação tributária que, na época, era atividade exclusivamente masculina. Neste parêntese, vale lembrar ainda que as mulheres, apesar de passarem a integrar o serviço público na década de 1930, somente seriam admitidas na fiscalização do Imposto de Renda a partir de meados dos anos 1950.

<sup>1</sup> Candau, Jöel. Memória e Identidade. São Paulo, Contexto, 2012, p. 19.

<sup>2</sup> Nóbrega, Cristóvão Barcelos da. História do Imposto de Renda no Brasil, um enfoque da Pessoa Física (1922-2013), Brasília, Receita Federal, 2014, p.32.



## XII

Mas, de volta àquele período inaugural, destaque-se outro comentário do próprio Souza Reis:

*“A regulamentação do imposto pressupõe montado o mecanismo para o seu lançamento, que não poderá ser feito sem acrescer ao organismo fiscal existente este novo aparelho administrativo.”<sup>3</sup>*

Assim, foi criada a Delegacia Geral do Imposto de Renda, instalada provisoriamente no pavilhão-parque da Exposição do Centenário da Independência no Rio de Janeiro, com uma seção sediada em Niterói, também denominada Delegacia Geral.

Tendo permanecido por cerca de 15 anos instalados nas antigas dependências do parque, chega a ser inusitado imaginar o pessoal chegando para lá trabalhar. Era um lugar lindíssimo e festivo ao mesmo tempo. Poeticamente poderíamos dizer que no mesmo local onde se celebrava a data pátria, teria início a administração do Imposto de Renda do Brasil.

Tito de Souza Reis foi o primeiro dirigente da nova repartição, sendo substituído, dois anos depois, por outro reconhecido tributarista, curiosamente um homônimo seu, Tito Vieira de Rezende. Nos estados e Distrito Federal, os trabalhos ficaram a cargo das já existentes delegacias fiscais, que eram repartições do Tesouro Nacional, como então era chamada a Fazenda, além de outras repartições arrecadadoras como alfândegas, mesas de rendas e coletorias.

Isto foi regulamentado em 1924 por meio do Decreto 16.580, de 4 de setembro. A Delegacia Geral do Imposto de Renda compreendia duas divisões e uma secretaria: a primeira divisão cuidava da organização, revisão e aperfeiçoamento do imposto de renda e ficou ligada diretamente à sede da Delegacia Geral. Já a segunda divisão tratava da administração do imposto propriamente dito, em todo o território nacional. Esta ficou a cargo da Seção da Delegacia Geral em Niterói. E, por fim, havia a secretaria que cuidava do expediente das duas divisões e estava ligada à então sede no Rio de Janeiro.

As Delegacias Fiscais faziam os lançamentos nos respectivos estados. Aproveitava-se, desse modo, a estrutura existente, cabendo à Delegacia Geral e às delegacias fiscais, o lançamento do imposto de renda, sua arrecadação e o controle dos exatores. Competia às alfândegas, mesas de rendas e coletorias participar da organização e cadastro dos contribuintes em seu distrito, receber declarações e cobrar as importâncias lançadas.

<sup>3</sup> Relatório do Ministério da Fazenda, 1942, p. 69.



### XIII

Além de alavancar a industrialização como compensação às deficiências do empresariado nacional, o Governo Provisório de Getúlio Vargas preconizou uma rápida reestruturação da burocracia do Estado em busca de modernização. Ainda em 1931, assumiria a Fazenda o gaúcho que acompanhava Vargas desde seu governo no Rio Grande do Sul entre 1928 e 1930 - Oswaldo Aranha.

Foi na sua gestão ministerial que ocorreu uma das reformas mais significativas na administração fazendária, definidora de suas características pelas três décadas seguintes, ficando conhecida como Reforma Aranha. Assim, por meio dessa reestruturação de 1934, foi criada a Direção Geral da Fazenda Nacional (DGFN) em substituição à repartição antecessora, a Diretoria da Receita Pública.

O ministro sabia que a estrutura seria modificada muitas vezes, mas entendia que estava lançada a pedra fundamental da nova Fazenda:

*“Esta é o arcabouço, o fundamento de uma organização que, dia a dia deverá ser adaptada às medidas crescentes e múltiplas necessidades da vasta e cada vez mais complicada vida administrativa do país.”<sup>4</sup>*

Às vésperas da criação da Direção Geral da Fazenda Nacional, a Delegacia Geral do Imposto de Renda foi transformada em Diretoria do Imposto de Renda, dentro do mesmo processo reformista. A partir de então, a administração fiscal desse tributo ganhou maior espaço no organograma da máquina fazendária, com estrutura própria e seus servidores reunidos em quadro único. Ressalte-se que a Diretoria do Imposto de Renda ainda estava em outro escalão, considerada, juntamente com as demais unidades, como repartições auxiliares do Tesouro Nacional.

Dois anos depois, em 1936, seria aprovado o respectivo regulamento determinando, entre outras normas, que os chefes de seção do Imposto de Renda, nos estados, seriam escolhidos dentre os funcionários da própria Diretoria e nomeados em comissão pelo Diretor do Imposto de Renda, com aprovação da Direção Geral da Fazenda Nacional.

Com a Segunda Guerra Mundial, agravou-se a crise financeira com reflexos danosos ao comércio exterior. O Governo buscava aumentar recursos por meio dos tributos internos. Desse modo, em 1943, todos os contribuintes do imposto de renda

<sup>4</sup> Jornal O Paiz, 29 de março de 1934.



## XIV

foram obrigados a recolher uma importância igual ao imposto a que estavam sujeitos no último exercício para a chamada Subscrição Compulsória de Obrigações de Guerra.

Um pouco antes, já se considerava necessário melhorar o funcionamento da máquina fiscal, sendo criada a Comissão de Reorganização dos Serviços da Diretoria do Imposto de Renda. Tal ato, na história do Imposto de Renda, ficou conhecido como a Reforma Administrativa de 1942.

Em janeiro daquele ano, a Diretoria do Imposto de Renda foi transformada em Divisão do Imposto de Renda. Foram criadas 21 Delegacias Regionais do Imposto de Renda em cada estado e no Distrito Federal e 37 Delegacias Seccionais em cidades de grande porte do interior do país.<sup>5</sup> A partir de então, passava a existir uma projeção própria da estrutura do Imposto de Renda.

Logo em seguida, em 1947, surgiram também as Inspetorias do Imposto de Renda, ficando subordinadas às Delegacias Regionais ou Seccionais. Este era um período de reformas, ou pelo menos tentativas de reformas, as quais, duas décadas depois, culminariam na criação da Secretaria da Receita Federal.

O Ministério da Fazenda foi objeto de dezessete ensaios ou projetos de reforma, entre 1941 e 1963, no âmbito de sua estrutura e organização administrativa. Por óbvio, nem tudo resultava em êxito ou sucesso livre de ajustes necessários. Conforme o relatório apresentado ao Ministro da Fazenda pelo então Diretor da Divisão do Imposto de Renda, Noé Winkler, em 1957, não se alcançara os resultados esperados da arrecadação, pois a estrutura da Divisão ainda era a mesma de sua criação em 1942:

*“Nesse espaço de tempo, a legislação do tributo sofreu profundas alterações, cresceu de modo considerável o número de contribuintes; novos métodos de trabalho foram postos em prática, principalmente no campo da mecanização. O panorama de hoje [1957] quanto à estruturação econômica e financeira do país, é bem diverso do existente (...). Os serviços da Divisão do Imposto de Renda e repartições subordinadas necessitam, pois, de imediata reorganização (...).”*<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Conforme Decreto-Lei 4.042/42 e Lei 4468/42.

<sup>6</sup> Relatório de Atividades do Ano de 1956 – Apresentado ao Ministro da Fazenda, pelo Diretor da Divisão do Imposto de Renda. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1957, p.11 e 12.



Ainda faltava uma década para a grande transformação ocorrer e Dr. Noé ainda teria que aguardar um pouco. No início da década de 1960, havia um quadro de precariedade estrutural e organizacional da Divisão do Imposto de Renda que precisava ser sanado. A maioria das unidades ocupava imóveis locados, alguns mesmo com o contrato vencido.

Havia uma carência de material e apenas as maiores unidades possuíam equipamento mecanizado. No final de 1964, a Divisão foi elevada à categoria de Departamento e, no ano seguinte, ganhou um novo regimento.

Em 1967, praticamente às vésperas do surgimento da Receita, o Departamento do Imposto de Renda contava com 51 Delegacias Seccionais e 30 Inspetorias, compondo o último organograma antes da nova estrutura surgir. Então, no ano seguinte, 1968, ocorreu a criação da Secretaria da Receita Federal e uma grande transformação se concretizou na gestão do último Diretor Geral da Fazenda Nacional, Antônio Amilcar de Oliveira Lima, que se tornou o primeiro Secretário da Receita. Ao assumir a nova função, ele percebia que o cargo de Diretor Geral até então disputava poder com os diretores dos antigos Departamentos:

*“Pra mim foi, de certo modo, uma surpresa quando eu tomei posse ao verificar que as funções do Diretor Geral da Fazenda Nacional haviam se esvaziado ao longo do tempo.”<sup>7</sup>*

O organograma então mudou significativamente, colocando em funcionamento uma inovadora estrutura que unificava os diferentes Departamentos que até ali fracionavam as atividades de fiscalização e cobrança de tributos conforme a espécie tributária.

O Departamento de Rendas Internas, o Departamento de Rendas Aduaneiras, o Departamento do Imposto de Renda e o Departamento de Arrecadação foram agregados, dando início a outro paradigma na direção dos trabalhos da Fazenda Nacional. Foi adotada uma organização sistêmica com Coordenações-Gerais para as tarefas desempenhadas - Tributação, Fiscalização e Arrecadação, com o apoio do Centro de Informações Econômico-Fiscais.

<sup>7</sup> Entrevista de Antônio Amilcar de Oliveira Lima. VHS, junho de 1988, 58 min. Fita 312 – Acervo da Divisão de Memória Institucional da Receita Federal do Brasil.



## XVI

Assim, pelo primeiro regimento da Receita Federal, as atividades do Imposto de Renda em suas projeções passavam a ser desempenhadas pelas novas unidades criadas que eram as Delegacias, Inspetorias, Agências e Postos da Receita Federal.

No regimento interno de 1977, passavam a constar setores especializados em tarefas do Imposto de Renda nas Superintendências. Somente no regimento de 1998, seria criada uma Divisão do Imposto de Renda que, apesar do mesmo nome, nada mais guardava da antiga Divisão ou Departamento. Subordinava-se à Coordenação Geral do Sistema de Tributação - Cosit. Desde 2009, a Supervisão do Programa do Imposto de Renda passou a Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Suara.

Esta despreziosa introdução teve o intuito de fazer um retrospecto sobre a estrutura administrativa tributária e fiscal pelo eixo do Imposto de Renda a fim de somar-se aos textos que compõem esta coletânea. Em tempo, na oportunidade, registre-se ainda uma breve homenagem ao servidor mais conhecido da área, cuja história de vida se mistura completamente com a História da Receita Federal e com o Imposto de Renda, o já citado Noé Winkler. Contam que assinou o ponto pela última vez no dia 28/04/2002, falecendo no dia seguinte aos 88 anos de idade. Ele havia se aposentado em 1979, desde quando atuava por meio de cargo comissionado. Foram 64 anos de dedicação que ainda hoje nos entusiasma e inspira o ânimo no cumprimento de nossas obrigações enquanto servidores públicos.

*Márcio Ezequiel*  
*Presidente da Comissão Julgadora do*  
*13º Concurso Histórias de Trabalho da RFB*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

*Prosas  
Premiadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

# *Prosas Premiadas*

## *Primeiro Lugar*

### **100 anos de IR: Para mim da História de Elsa até hoje**

Moisés Boaventura Hoyos

*Analista Tributário da RFB-ALF/Manaus-AM*

*Ingressou na Receita Federal em 1991. Já atuou no controle de bagagem no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes; na vigilância e repressão aduaneira da Alfândega do Porto de Manaus; no controle de cargas no Porto de Manaus, Superterminais e EADI; no credenciamento da Alfândega do Porto de Manaus; Leilão da Alfândega do Porto de Manaus; participou da homologação do Sistema Siscomex Carga. Atua como ouvidor da Alfândega do Porto de Manaus; representante da Cidadania Fiscal da Alfândega do Porto de Manaus; chefe do CAC-Aduaneiro da Alfândega do Porto de Manaus; responsável pela Assessoria de Comunicação.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

### ***100 anos de IR: Para mim da História de Elsa até hoje***

Entre os anos 70 e 80, lembro de um televisor preto e branco que meu pai comprou. Foi a partir dessa aquisição tão sonhada que iniciaram as famosas sessões da tarde assistindo aos enlatados dos U.S.A, situação cantada por Renato Russo na música “Geração Coca-Cola”. Eram os seriados Havaii Five-O, Batman e Robin, Chips, Manimal, Incrível Hulk, Buck Rogers, Galactica, As Panteras e tantos outros.

Além dos seriados, tínhamos filmes clássicos, de acordo com o gosto de cada um e, na minha estante de memórias, tenho guardado um filme que talvez muitos nunca tenham ouvido falar: A História de Elsa. Um filme britânico, (desculpa, Renato Russo por consumir outro enlatado), de 1966 sobre a história verídica de uma leoa que foi criada por um guarda florestal e sua esposa.

Esse filme me surpreendeu por tratar de um animal “selvagem” que demonstrou carinho por seus criadores, o que na cabeça de uma criança talvez não fosse tão fácil entender, afinal como o Rei da selva poderia ser legal com os humanos? E eis que, no início dos anos 80, vejo uma propaganda de um tal de Ministério da Fazenda com um Leão andando pelas ruas, dentro de casa, subindo pelas paredes e até sendo entrevistado.

Era a campanha publicitária da Receita Federal no final de 1979 sobre o Imposto de Renda. Óbvio que o Imposto de Renda já existia há muito tempo, afinal está completando 100 anos, mas na cabeça de uma criança com 11 anos não havia entendimento do que era aquilo. Apenas a figura do Leão chamou atenção, pois como um animal “selvagem” pode



entrar na minha casa e não me atacar? Teria sido criado por humanos? Como tinham feito aquelas imagens? Seria o Leão parente da Elsa? Filho talvez?

Já que meu pai nunca me falou sobre o Imposto de Renda, aliás até hoje não sei se ele declarava e até acredito que não, pois não ganhava muito e deveria estar na faixa de isenção, aprendi sobre esse assunto no decorrer da minha vida, mais precisamente quando passei no concurso para Técnico do Tesouro Nacional em 1989. A partir da minha entrada na Receita Federal, o Imposto de Renda ganhou a sua devida importância.

Em 1993, já não assistia mais às propagandas do Leão e a TV já era “colorida”, fiz minha primeira Declaração de Rendimentos. Apesar de o meu concurso ser de 1989 fui chamado no final de 1991 e, após o treinamento, em abril de 1992, assumi meu posto de trabalho. E, como a primeira declaração ninguém esquece, fazê-la exigiu muito. A Declaração era feita através de formulários, modelos completo ou opcional, ou por meio de um tal de “disquete”. Fiz usando os formulários e entreguei no nosso famoso prédio “Verde” da Delegacia no centro de Manaus. Como trabalhava na Alfândega, bastava atravessar a rua.

Entre as lendas urbanas que povoavam o imaginário dos servidores da Receita Federal, preencher incorretamente o formulário significava que você não iria receber seu salário durante algum tempo até corrigir os erros e muitos espalhavam que quem era servidor da Receita nem precisava se preocupar com a temida “malha-fina”, pois bastaria que a fiscalização olhasse que você era “colega” e pronto, estaria liberado.

Como sempre tentava não errar a declaração, não pude comprovar, na época, se realmente era verdade a questão de não receber o salário, mas a lenda da “malha-fina” não se confirmou. Em um determinado ano, entre 1992 e 1995, vários colegas foram pegos pela temida “malha”, o que fez aumentar a nossa tensão no período da Declaração do Imposto de Renda. Lembrava da propaganda na TV: “O Leão é manso, mas não é bobo”.



Nos anos que se seguiram, pensar na declaração já era rotineiro, até motivado pela tão “sonhada”, “aguardada”, “contabilizada”, restituição. Não errar na declaração e entregar primeiro eram pré-requisitos da certeza de que a restituição sairia nos primeiros lotes. E, em 1996, essa rotina de preenchimento de formulários foi quebrada com a possibilidade de se preencher a declaração através do sistema operacional e eu já tinha um computador na minha sala de trabalho. Bastava preencher e gravar em um disquete, que já era algo comum.

Depois do disquete veio a declaração online, com um programa para preencher a declaração e outro programa para transmiti-la, ou seja, entregar a declaração para a Receita e tudo isso sem precisar levantar da cadeira. A era digital se instalava no Imposto de Renda na primeira década dos anos 2000. E hoje, além de não precisarmos sair de casa para entregar a nossa declaração, temos a possibilidade de saber se cometemos algum erro e corrigi-lo, antes da “Dona Malha”, sim ela ainda existe, nos pegar.

Sobre o filme “A História de Elsa”, o casal que criou a Leoa se viu obrigado a soltá-la em um parque na África para que ela pudesse viver livre. Sem saber se o animal conseguiu se adaptar a vida na selva o casal retornou ao parque alguns anos depois e a encontraram com três filhotes. Elsa se aproximou dos seus criadores e os reconheceu. O que isso tem a ver com o Imposto de Renda? Volto às perguntas que fiz quando era criança e vi a propaganda do Leão: como um animal “selvagem” pode entrar na minha casa e não me atacar? Teria sido criado por humanos? Como tinham feito aquelas imagens? Seria o Leão parente da Elsa? Filho?

E hoje talvez possa responder todas da seguinte forma: muitos reclamam ao pagar Imposto de Renda, outros sonegam ou prestam informações erradas, inúmeros acreditam que nem deveria ser cobrado e têm até medo da declaração, mas o que deve ficar claro na cabeça de cada um é a importância desse tributo para o bem estar da nossa sociedade, pois parte da arrecadação é destinada para o Estado desenvolver e realizar



políticas públicas relacionadas à saúde, à educação, à segurança e a diversas outras áreas que necessitam de investimentos públicos.

Assim podemos dizer que um animal considerado “selvagem” pode permanecer sendo o que ele é, mas com a exata compreensão de quem está ao lado dele e quem não está. Se está ao lado dele você terá seu amor retribuído, se não está ao lado dele, aí terá que tomar cuidado. O Leão pode até ficar manso, mas não é bobo.



# *Segundo Lugar*

## **De parar o trânsito**

Ana Emília Baracuhy Cavalcanti

*Auditora-Fiscal da RFB-SRRF04/Recife-PE*

*Ingressou na RFB em 15/05/1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Empossada no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional em 16/12/1997. Exerceu as funções de assistente na Superintendência, chefe do Serviço de Recursos Humanos, Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas, Superintendente-Adjunta e atualmente é assistente no Gabinete da 4ª Região Fiscal - SRRF04.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

## De parar o trânsito

Houve uma época na Receita Federal em que o Programa do Imposto de Renda Pessoa Física (PIR/PF) era um marco para a contagem do tempo - as coisas aconteciam antes ou depois dele - e um evento de impacto na cidade.

Os anos 1990 estavam começando. As declarações, em regra, eram entregues nos formulários em papel. Apenas em 1997, a quantidade de declarações entregue em meio magnético ultrapassou a de formulários, mesmo ano em que começou a transmissão da declaração do Imposto de Renda pessoa física pela internet.

Imagine o que era atender milhões de contribuintes presencialmente em busca de manual de instruções e formulários (ou do programa em disquetes e CDs quando essas modalidades surgiram). O afluxo de pessoas era constante nos meses de março e abril. Mas, honrando a tradição atribuída ao brasileiro de deixar tudo para a última hora, era nas derradeiras semanas de abril que o movimento aumentava exponencialmente.

A equipe de atendimento precisava de reforço. Servidores de outros processos de trabalho eram recrutados para alargar a linha de frente no atendimento ao cidadão. Havia formação de instrutores internos do PIR/PF que multiplicavam o conhecimento, em diversas turmas de treinamento presencial, para os funcionários estarem aptos a orientar o contribuinte no preenchimento da declaração.



Para reduzir filas nos edifícios do órgão e descentralizar o atendimento, estandes eram instalados em shopping centers no horário de funcionamento do centro comercial, o que envolvia um intenso trabalho da logística e da tecnologia, além da necessidade de mais gente para prestar atendimento nesses locais.

Com tantas atividades preparatórias e de execução do PIR/PF, não é de se estranhar que outras ações e treinamentos só ocorressem após o término do prazo de entrega da declaração. O esforço concentrado era indispensável.

Revivendo minhas memórias ao escrever este breve relato, recordo-me de estar me preparando para sair do trabalho, por volta das 18 horas, já noite no Recife, e observar da janela do 4º andar de nossa sede que a avenida em frente ao edifício estava totalmente congestionada. Segundo as informações que chegavam, o engarrafamento se prolongava por alguns quilômetros, bloqueando outras artérias.

Estávamos no último dia da entrega da declaração do Imposto de Renda e a delegacia ficaria aberta até a meia-noite. Não tendo como sair, juntei-me a outros colegas, que improvisaram um happy hour no 6º andar, enquanto aguardávamos o trânsito voltar a fluir.

Hoje está tudo muito diferente. É mais fácil, rápido e seguro ter acesso às informações, preencher a declaração e entregá-la. Há quase três décadas, além de toda a mobilização que causava internamente, o Imposto de Renda era, também, um programa capaz de, literalmente, parar o trânsito!



# *Terceiro Lugar*

## **Amizade inusitada**

Edwilson Pascoal da Mota  
*Auditor-Fiscal da RFB-AL/Curitiba-PR*

*Ingressou na RFB em 2002 no cargo de Auditor Fiscal na Alfândega em São Francisco do Sul/SC. Passou por quase todos os setores, ficando cerca de 10 anos como delegado adjunto (Inspetor) e assumindo como delegado titular em 2017. Hoje trabalha no gerenciamento de risco aduaneiro, no grupo regional, selecionando cargas prioritariamente para a exportação e no pré-despacho de importação.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

## Amizade inusitada

Corre uma lenda no Porto de São Francisco do Sul que um fiscal da RFB “enquadrou” militares do Exército que estavam com o uniforme desalinhado, colocou-os em forma e quase deu voz de prisão ao comandante deles. Fiquei sabendo dessa história quando fui parado por um despachante, em SFS mesmo, e ele “me contou” a prosa terminando com um “lembra disso, senhor?”. Eu ri porque realmente “quem conta um conto, aumenta um ponto” ... ou quase isso. Vamos à história real...

Sendo ex-militar, não perdi bons hábitos adquiridos na caserna. Era um dia como outro qualquer, acordei cedo, fui para a academia, voltei, tomei café, coloquei a camisa operacional, a medalha com a estrela aduaneira (que muito me honra portá-la), a bota operacional, o boné da RFB, um cinturão com algumas utilidades para a minha função à época (lanterna, faca operacional, algemas, trena...) e fui para a sala da Aduana localizada no Porto de SFS. O chefe distribuiu as DDEs (despachos de exportação) e fui verificar as minhas fiscalizações do dia.

Naqueles tempos, o auditor responsável pelo processo também realizava a verificação física, bem como o exame documental e depois de todas as análises, procedia ao desembarço aduaneiro, se fosse o caso.

A exportação tem um fator complicador: o dead line do navio, ou seja, se não desembarçarmos até determinado horário, o exportador perde o embarque e o navio parte para o seu destino. Isso significa custo à empresa, o que reflete no Custo-Brasil.

Então temos que realizar uma boa conferência aduaneira sem perder tempo e sem causar danos desnecessários aos exportadores. Temos que pensar sempre no grau de fluidez do despacho.



Enquanto verificava os processos, recebi uma ligação do despachante do exportador dizendo que estava aguardando para procedermos à verificação física. Corri o olho na pilha de processos e achei aquele que seria o primeiro do dia. Vi que era uma exportação de carabinas de caça para a Austrália.

Quando o despacho aduaneiro envolve armas de fogo, o órgão anuente responsável pelo licenciamento é o Exército Brasileiro. Perguntei ao despachante que ainda esperava na linha: o Exército já foi comunicado e já está no porto? “Sim, senhor!”, respondeu o despachante. Apanhei o processo, entrei na viatura e fui para o local onde se encontrava o container com as carabinas, dentro da área alfandegada.

Chegando lá, o despachante já veio se desculpando: “bom dia, sr. Edwilson, o pessoal do Exército ainda não chegou.” Ele havia mentido ao telefone. Eu indaguei por que ele não havia falado a verdade, pois podia adiantar os demais processos de exportação enquanto os aguardava. Ele se desculpou novamente, dizendo que havia recebido a informação que eles estavam quase chegando e intuiu que daria tempo.

Ele estava “quase” certo. Esperei alguns minutos e, percebendo que o atraso iria prejudicar outros exportadores, disse que retornava mais tarde pois tinha outros processos para fiscalizar.

Quando entrei na viatura para retornar à sala da Aduana, vi, ao longe, uma kombi branca se aproximando. Estranhei. Ex-militar, como disse, sei que o Exército não usa veículos brancos e sim camuflados ou verde-oliva. Desceram três militares: um major, um sargento e um cabo que estava ao volante.

“Bom dia”, fui logo me antecipando. “Sou o auditor Edwilson, responsável pelo despacho das carabinas”. “Bom dia, sr. Edwilson”, retrucou o major ficando calado em seguida. Se fosse eu, já teria pedido desculpas, pois não havia chegado no horário combinado. Mas ele ficou quieto, um pouco incomodado.



Nós da Aduana aprendemos a fazer leitura fria, com o tempo e com os cursos disponíveis. Percebi a inquietação e passou um filme na minha cabeça. Imaginei que poderiam ser bandidos tentando roubar as armas, arrependi-me de ter deixado a arma em casa e questionei: “Por que os senhores não vieram com a kombi do Exército?” O major respondeu: “Todas estão em manutenção então resolvemos usar esta que ainda não foi para a pintura”.

Estava tudo estranho mesmo. Olhando tudo ao redor, imaginando como resolver a situação se fossem realmente bandidos, decidi que não entraria no container em hipótese alguma e que precisava de confirmações. “De repente ligaria para o quartel”, pensei. Melhor saída, resolvi identificá-los: “Identidade dos três, por favor.” Mais consternado ainda, o major fez um movimento com a mão em direção à arma e eu segurei a faca discretamente. Ele tirou a carteira. Ufa. Militares não entregam a identidade, ficam segurando. Foi o que ele fez. Pude, na sua mão, verificar o nome e comparar com a foto. Ele era major, então eu sabia quanto tempo aproximadamente ele teria de formação.

“Você fez AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras)?” – perguntei. “Quando se formou?” A informação era coerente. Pedi a identidade dos demais. Eles mostraram. Tudo conferia.

Para a minha surpresa o major disse: “Quero ver a sua também, auditor”. “Como assim?”, pensei, eles estavam na “minha área”. Respondi: “Eu sou auditor da RFB, figura pública aqui no Porto. Os senhores estão dentro da zona primária. Quem cuida da área alfandegada é a Receita Federal e não o Exército. Se eu fosse parado para identificação na portaria do teu quartel o senhor acharia prudente que eu pedisse a identidade do soldado do corpo da guarda? Se o senhor não quiser fazer a anuência do processo, pode ir embora, mas eu não tenho que me identificar para os senhores. Estão dispensados”, finalizei.

Ele ficou bastante incomodado e eu pensei que talvez fosse o orgulho de chegar atrasado, o que me acendeu o alerta, percebendo que o



major estava “nervoso”. Porém, os três eram realmente militares. “Desculpe, senhor, começamos mal”, ele respondeu com ar de arrependimento. Eu disse: “Começamos é muita gente. Quem começou foi o senhor”.

Silêncio sepulcral até o major quebrar o silêncio dizendo ao sargento: “Pega o cabo e comecem a abrir as caixas das carabinas”. Eu interrompi e com um tom mais calmo ainda disse: “Acho que o senhor não entendeu que quem manda na área alfandegada é a RFB. Não ficou claro então vou esclarecer. Quem comanda a abertura das caixas, do container, de qual caixa vai ser aberta, o momento e a oportunidade sou eu e não o senhor. Manda voltar”.

Nessa hora, a sua face estava mudando de cor e de vermelha ficou roxa. Ficou calado novamente. Os graduados voltaram porque me ouviram falando com ele. Ficaram rubros também. Comandei a abertura, disse quais as caixas, eles fizeram o trabalho deles. Eu fiz o meu. Missão cumprida. Voltei para a sala da Aduana pensando: “Bom dia, Edwilson. Já vi que o dia hoje vai ser daqueles. Meu Pai. Complicado hein!”.

O restante do dia transcorreu normalmente apesar de não ter começado bem. Fiz todas as fiscalizações. Era sexta-feira. Horário de verão. Saí às 17h30 com sol, peguei minha família e, 20 minutos depois, estava na praia. Com os filhos pequenos, eu gostava de ir no Forte Marechal Luz porque o mar não tinha ondas.

O Forte era um hotel para militares, mas que, às vezes, permitia a entrada de civis. O comandante do Forte me conhecia. Fui autorizado. Entrei, estacionei o carro, peguei a cadeira e pensei: “tenho 2 horas até o sol se pôr”. Como de costume, peguei um livro, deixei a filha fazendo castelo na areia, o filho maior saiu correndo e já estava na água gelada (criança não tem termostato, só pode).



Fiquei conversando com a esposa antes de iniciar a leitura. Ela também gosta de ler na praia, no final de tarde. “Começou mal o dia, mas vai terminar bem”, balbuciei. Minha esposa perguntou o que eu havia dito. Eu contei tudo. Ela riu e disse: “você saiu da vida militar, mas a vida militar não saiu de você”. Esbocei um sorriso e me deitei na cadeira. A minha esposa foi levar a filha pequena na água.

De repente... (agora precisaria da música do tubarão. Tam, tam, tam, tam, tam, tam...). Quem vem vindo, de bermuda, caminhando na praia em minha direção? O major. Eu pensei: Não é possível. Agora eu estou na área dele. Já era. Não trouxe um boné. Tomara que não me veja. Levantei o livro e disfarcei. Ele olhou na minha direção, ficou olhando. Eu fingi que não vi. Ele então começou a vir em minha direção. “Acho que eu te conheço”, ele disse. Eu levantei, apertei os olhos como se não reconhecesse e ele prontamente disse: “Sou o major da fiscalização das carabinas. Com farda a gente fica diferente mesmo”. Eu falei: “Ah tá. Sim. Claro. Tivemos uma situação embaraçosa, mas acabou bem”. Ele estava rindo.

Eu pensei: “ué, ele não ficou chateado?” Senti-me mais à vontade para falar: “Agora quem está na sua área sou eu. Se quiser, eu saio. Sempre venho aqui”. Ele disse: “Que nada rapaz. Águas passadas. Eu estava chateado por ter sido escalado pelo comandante sendo que havia outros militares mais modernos (novos). O erro foi meu. Me desculpe. Claro que você pode ficar”. Eu comecei a conversar e descobri que havíamos feito AMAN juntos. Ele havia sido da minha turma, porém eu não concluí o curso (uma novela que merece outra história) e acabei fazendo concurso para a RFB.

Ficamos lembrando os tempos de caserna. Ele era de outra companhia. Demos boas risadas. Tínhamos amigos em comum. Ele foi humilde. Eu acabei pedindo desculpas pelo inconveniente da manhã e tudo acabou bem. Ele disse que queria me apresentar à sua família e



acabamos combinando de jantarmos juntos no mesmo dia. Minha esposa chegou com as crianças da água. Eu apresentei o major, mas não disse que era o mesmo para não parecer chato. “O que ele vai pensar”, deduzi. “Já contou para a esposa? Deve ter aumentado a história”. Preferi guardar o fato da kombi e do estresse da manhã entre nós.

Continuamos com um bom papo. Fomos jantar, conheci a sua família e ele se antecipou, contando para ambas as esposas: “Olha o que aconteceu...”. Terminamos dando boas risadas e prometemos nos encontrar novamente. E nos encontramos. De uma situação delicada, nervosa, com certa animosidade, surgiu uma amizade inusitada. Contando, ninguém acredita, mas foi a pura verdade. O despachante estava “quase” certo, porém a história já tinha se modificado na cidade e acabou virando “histórias que o povo conta”.



*Mencão*

*Honrosa*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

## ***Rendimentos de qualquer origem***

João Bosco Silveira da Silva

*Analista Tributário da RFB-SRRF02/Belém-PA*

*Ingressou na RFB no ano de 1984 no cargo de Agente Administrativo, posteriormente foi aprovado em concurso público para Técnico do Tesouro Nacional. Exerceu suas funções nas áreas de Aduana (Inspeção do Oiapoque e Alfândega de Belém, porto e aeroporto), Arrecadação (Dirac da Superintendência/2ªRF), Gestão de Pessoas (Cogep, em Brasília) e Programação e Logística (níveis local e regional). Atualmente exerce a função de Chefe da Divisão de Programação e Logística - Dipol/2ªRF.*

A República dos Estados Unidos do Brasil, nos idos de 1922, ao instituir o imposto geral sobre a renda devido por toda pessoa física ou jurídica, definiu claramente sua incidência: conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem. De tão complexa a novidade, foi necessário um engenhoso (de engenharia mesmo, pois sua elaboração coube ao engenheiro Souza Reis) regulamento que agrupou os rendimentos em categorias. Nesse primeiro RIR (Regulamento do Imposto de Renda), já estava prevista uma “4ª Categoria” para alcançar o exercício de profissões “não comerciais” e “não compreendidas” no rol das demais. Ou seja, desde sua criação e primeira regulamentação o imposto alcançava todos os rendimentos, de origem comercial ou não.

O recém-nascido leão do Imposto de Renda chegava faminto por fontes de todas as atividades, desde o comércio, a indústria, os capitais e os valores mobiliários, os ordenados e os capitais imobiliários, sem esquecer as “não comerciais” e as “não compreendidas”. Mesmo com o



agrupamento em impostos cedulares sobre os rendimentos líquidos declarados pelas pessoas físicas, para aquelas eventuais situações “não compreendidas” foi criada a Cédula H (rendimentos não compreendidos nas cédulas anteriores) e, para não deixar mesmo ninguém escapar de suas afiadas garras, ainda havia a Cédula D (rendimentos sem vínculo empregatício).

Por volta do centésimo ano da nossa República, agora Federativa do Brasil, quando ainda existiam os impostos cedulares, um bem apessoado cavalheiro compareceu a uma repartição fiscal federal em busca de orientação para uma situação específica e peculiar de amiga sua.

Desde o momento inicial do atendimento pela fiscal de plantão, o jovem demonstrava uma certa apreensão e claramente aquilatava todas as suas palavras antes de mencioná-las. Um ponto importante e repetido diversas vezes era uma variação patrimonial a descoberto representada por um automóvel 2.0 recém-lançado, alardeando o consulente mancebo muito dos acessórios como o controle elétrico dos vidros, travas elétricas das portas, confortável direção hidráulica, ajuste lombar do banco do motorista e banco traseiro bipartido rebatível, com destaque para o ar-condicionado e o teto solar.

A plantonista, quase convertida naquela situação em uma expert da indústria automobilística concordando com a beleza de um carro que sequer tinha visto na vida, resolveu explicar cada uma das possíveis cédulas (quase todo o abecedário) para auxiliar na definição daquela que mais se aproximasse da origem do recurso a justificar a variação patrimonial.

Porém, quanto mais explicava, menos o jovem concordava ou até mesmo aceitava a necessidade de tributar a renda da amiga, pois considerava estar fora do espectro de qualquer uma das cédulas. Provocado pelo espírito investigativo da plantonista, aos poucos foi acrescentando detalhes de como o potente automóvel ingressou no patrimônio sem uma renda expressamente identificada.



“Entenda bem”, ele dizia, “foi praticamente um prêmio, um reconhecimento, quase uma dádiva, pois minha amiga além de muito bonita sabe como ninguém agradar uma pessoa, em especial quem lhe deu o automóvel”. “Ah”, suspirou em aliviado entendimento da situação a atenta plantonista, “agora entendi: trata-se de um fato gerador de tributo estadual, aquele incidente sobre doações; sua amiga deve procurar atendimento na Secretaria Estadual de Fazenda”.

Como se estivesse esgotado pelo tempo e por tão detalhadas descrições do valioso patrimônio, o jovem resolveu então ser um pouco mais, digamos, preciso: a variação patrimonial era um mimo de uma pessoa cujo nome (e CPF) deveria ser mantido em absoluto e total sigilo, pois a natureza da relação do anônimo com a sua amiga era de uma intimidade a ser preservada do conhecimento social (e do fisco).

Mais uma vez, agora em tom bem mais enfático, a plantonista concluiu: “entendi, agora sim eu entendi, trata-se sem sombra de dúvidas de rendimento tributável cujas fontes são as mais sensoriais, prazerosas e fisiológicas do ser humano. Repito: rendimento tributável! Com mais de uma opção: Cédula D ou H, avalie e decida”.

Atendimento encerrado.





*Prosas*  
*Classificadas*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



## ***A minha história e a história do Imposto de Renda***

**Gilberto de Paula**

*Analista Tributário da RFB-Derat-CAC/Tatuapé-SP*

*Ingressou na RFB em 20/06/2002 na Derat-São Paulo/SP. Trabalhou na equipe de Parcelamento e CAC/CNPJ. Atualmente trabalha no CAC Tatuapé da Derat-São Paulo/SP, onde atende presencialmente aos contribuintes.*

Criado em 31 de dezembro de 1922, o Imposto de Renda no Brasil teve várias modificações e aperfeiçoamentos ao longo do tempo, como nos mostram os textos da página da Receita Federal. (1)

Dentro do tema do 13º Concurso de Histórias de trabalho deste ano, que comemora 100 anos do Imposto de Renda, proponho-me aqui a fazer uma relação entre a minha história pessoal e a história do Imposto de Renda, pois há pontos de contato nas duas histórias, mesmo porque tanto eu quanto minha esposa já trabalhamos há 20 anos na Receita, sendo que a maior parte dos serviços que fazemos tem relação com o Imposto de Renda.

De início, o Imposto de Renda tinha pouca participação no total de arrecadação só atingindo o primeiro lugar em 1943, sendo que depois se manteve juntamente com o Imposto de Consumo e depois com o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, como os maiores arrecadadores.



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

No ano do meu nascimento, 1964, tivemos uma reforma tributária com grandes mudanças no Imposto de Renda, como a extinção da isenção do Imposto de Renda para algumas categorias e inserida a possibilidade de abatimento das despesas com instrução da renda bruta.

Também, com esta reforma, passou a existir a possibilidade de pagamento dos tributos diretamente na rede bancária. Antes disso, só era possível pagar no órgão arrecadador. Estas mudanças importantes no Imposto de Renda iriam refletir decisivamente na evolução do tributo. No entanto, somente em 1979, passou a ser o que mais arrecada entre os impostos de competência da União.

Assim, foi havendo modificação do Imposto de Renda, como por exemplo em 1991, quando passou a existir a possibilidade de entregar a declaração por meio magnético, através dos disquetes como alternativa aos formulários em papel. Começava o uso de microcomputadores por empresas e pessoas físicas. Por essa época, como eu trabalhava de bancário, já entregava a minha declaração de Imposto de Renda e comecei a me interessar em prestar concurso público para ingressar na Receita Federal.

No ano de 1997, deixei de ser bancário e passei a lecionar história por um breve período, e depois passei a funcionário em instituições públicas, prestando diversos concursos, mas sempre com o objetivo de ser aprovado na Receita Federal. Naquele ano, a quantidade de declarações de Imposto de Renda entregues em disquete ultrapassou a de formulários em papel. Passou a ser possível enviar a declaração pela internet. Logo, passava-se a preencher e entregar a declaração sem comparecer à Receita Federal ou aos bancos, pois foi criado o programa Receitanet que, com novas versões, é utilizado até hoje.

No dia 25 de abril de 2001, às 21:13, utilizei o programa Receitanet para transmitir a minha declaração do Imposto de Renda – DIRPF. Lembro que, nesta época, eu procurava prestar bem atenção e estudar o manual de



Imposto de Renda já com a intenção de prestar o concurso público, mas ainda faltava pouco mais de um ano para me tornar funcionário da Receita Federal.

Enquanto estudava para entrar na Receita Federal, foi havendo novas modificações no Imposto de Renda, como o recebimento pela internet em substituição ao papel e outras inovações. Foi, neste momento, que prestei o concurso e ingressei no cargo de Técnico da Receita Federal em junho de 2002. Posteriormente, o cargo passou a denominar-se Analista Tributário da Receita Federal do Brasil.

No curso de formação, conheci a colega Sueli Moreira dos Santos, fomos trabalhar na equipe de parcelamento e acabamos nos casando em 2005. Depois, fomos trabalhar no atendimento ao público no CAC Tatuapé. Grande parte do tempo, o atendimento, até hoje, envolve o Imposto de Renda Pessoa Física com problemas de restituição, malha fiscal, parcelamento etc.

A automação de procedimentos veio crescendo neste tempo, mas o atendimento ao público era basicamente feito de modo presencial, com o contribuinte, ou um representante, vindo ao posto de atendimento da Receita Federal. No entanto, com a pandemia de coronavírus, que teve seu auge entre 2020 e 2021, passou a ser necessário o trabalho remotamente e houve agilização no atendimento ao contribuinte pela internet, por e-mail e chat. Aos poucos, foi retomado o atendimento presencial para pessoa física, mas de maneira complementar ao atendimento remoto. No meu caso, mesmo sendo hospitalizado por Covid, não me adaptei ao trabalho remoto e preferi voltar ao atendimento presencial no Cac Tatuapé.

Neste atendimento, deparamo-nos atualmente com várias ocorrências sobre o Imposto de Renda, como o fato de o contribuinte não dar a devida atenção ao que foi declarado. Acaba não verificando se terá pendências, o que gera intimações e notificações que poderiam ter sido evitadas. Estas pessoas recorrem ao atendimento para entender os procedimentos que precisam ser feitos.



Outro aspecto que gera muitas ocorrências é o contribuinte confundir ano-calendário (o ano das ocorrências) com exercício, que é o ano da entrega da declaração. O erro mais comum é a entrega da declaração indevida, o que gera a multa por atraso. Quando isto ocorre, a pessoa, além de entregar a declaração correta, tem que abrir um processo de cancelamento da declaração entregue indevidamente e, muitas vezes, chega ao atendimento da Receita totalmente confusa, sem saber o que fazer e o atendente tem que, antes de recepcionar o processo, explicar tudo o que ocorreu.

Portanto, até hoje, atendo assuntos referentes ao Imposto de Renda. Dessa forma, temos uma conexão entre os 100 anos do Imposto de Renda e a minha vida pessoal e profissional com 20 anos de trabalho na Receita Federal.

(1) História do imposto de renda <http://intranet.receita.fazenda/administracao/suara/coaef/memoria-institucional/historia-do-imposto-de-renda-pessoa-fisica>



## ***Black Friday: questão de autoridade***

**Moisés Boaventura Hoyos**

*Analista Tributário da RFB-ALF/Manaus-AM*

*Ingressou na Receita Federal em 1991. Já atuou no controle de bagagem no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes; na vigilância e repressão aduaneira da Alfândega do Porto de Manaus; no controle de cargas no Porto de Manaus, Superterminais e EADI; no credenciamento da Alfândega do Porto de Manaus; Leilão da Alfândega do Porto de Manaus; participou da homologação do Sistema Siscomex Carga. Atua como ouvidor da Alfândega do Porto de Manaus; representante da Cidadania Fiscal da Alfândega do Porto de Manaus; chefe do CAC-Aduaneiro da Alfândega do Porto de Manaus; responsável pela Assessoria de Comunicação.*

O Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus, sempre teve voos internacionais que encurtam a distância dos amazonenses ao paraíso das compras, os Estados Unidos da América. Em época de Black Friday, a data criada para estimular o espírito consumista enlouquecia, e ainda enlouquece, os mais ávidos por produtos do Tio Sam.

Nesse contexto da Black Friday, a Receita Federal em Manaus sempre preparou diversas ações educativas sobre o que podia e o que não podia ser trazido para o solo pátrio, bem como sobre o valor da famosa cota de compras, alertando sobre o que cada viajante poderia trazer dentro do chamado conceito de bagagem. Não somente atuando de maneira educativa, as equipes de análise de risco, controle de bagagem, vigilância e repressão da Receita Federal também preparavam suas atividades de controle aduaneiro para as fiscalizações dos voos internacionais que chegavam das terras do norte, abarrotados de viajantes apaixonados pela Black Friday.



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

Óbvio que a pandemia e o comércio online mudaram muita coisa no mundo, mas nossa história se passa muito antes desses acontecimentos. Alguns anos atrás, Manaus tinha voos diretos para Miami. Aliás, era mais barato ir ver o Mickey na Disneylândia de que ir a Fortaleza, capital do Ceará, conhecida como a praia dos manauaras.

Se não falha a memória, Manaus tinha, por semana, dois voos diretos para Miami, ponto de partida para se aventurar na terra do consumismo, onde se podia comprar celulares, computadores, camisas de grife, tênis de marcas famosíssimas, perfumes e enxovais de casamento e de futuros consumidores que ainda não tinham nascido, mas já estavam sendo gerados. Era o espanto diante de produtos com valores muito abaixo do que se cobrava no Brasil, situação que não adiantava explicar nada sobre a importância dos tributos, pois o entendimento permanecia o mesmo: lá é mais barato.

Assim sendo, em época de Black Friday, muitos amazonenses programavam suas “férias” em Miami, alertando os parentes que isso era apenas “coincidência”. Viajar para os EUA, na época de Black Friday, que estranha coincidência, pois o voo de retorno era logo após a data final do que nos Estados Unidos é considerado o evento comercial que abre o período de compras do final do ano. “E já que estamos nos EUA nesse período em que os produtos são mais baratos, vamos fazer umas comprinhas, afinal ninguém é de ferro. Vamos aproveitar também e levar alguns presentinhos para a família toda.”

Não era surpresa alguma para a fiscalização da Receita Federal no Aeroporto de Manaus que o fim da Black Friday nos EUA era sinal de chegada de voos lotados de amazonenses, cada um com uma quantidade de malas “um pouco” acima do normal, afinal quem precisaria de quatro ou cinco malas grandes para uma viagem de sete dias? Ou como uma criança de oito anos teria duas malas grandes para carregar? Enfim, não podemos julgar as necessidades de cada pessoa.



Voo de Miami pousado, passageiros em fila, fiscalização de prontidão. Seleção de pessoas para o canal vermelho. Demora, justificada, para o atendimento da fila, não esquecendo que cada viajante estava com quatro ou cinco malas. Documentos de Arrecadação de Receitas Federais – Darfs sendo emitidos. Alguns produtos retidos. Impaciência impregnando o ar do saguão do desembarque internacional. Servidor da Receita Federal no controle da fila, já escutando alguns murmúrios, e eis que uma senhora sai da fila e se direciona ao servidor:

- Bom dia, posso falar com o senhor?

O servidor responde afirmativamente e a senhora continua:

- Estamos em cinco pessoas e uma criança, uma é uma senhora de 70 anos, minha mãe. As outras são minha cunhada, que está com um bebê de colo, a minha irmã, o meu filho adolescente e meu esposo. Seria possível sair para comer algo e o meu esposo ficar para cuidar da liberação da nossa bagagem?

O servidor pensa um pouco, sente o clima no saguão e quando responde que sim, o marido da senhora aparece e, sem ter ouvido o que disse o servidor, começa, de modo agressivo, reclamar da demora no atendimento. Com o tom alterado, inicia um debate sobre o quanto era absurdo submeter os cidadãos àquele martírio. Em defesa da Aduana brasileira, o funcionário da Receita Federal afirma que eles deveriam estar acostumados com os procedimentos de controle aduaneiro, pois nos EUA a Aduana é extremamente criteriosa nos seus procedimentos, o que também causa demora e que ninguém reclama.

A discussão prossegue e o passageiro se apresenta como uma “autoridade parlamentar”:

- Sou deputado estadual e exijo ser tratado com respeito.

O servidor rebate que naquele local ele é autoridade máxima, por se tratar de um recinto alfandegado. E, após alguns minutos de debate



sobre quem seria mais autoridade do que o outro, a senhora interrompe os dois e diz ao marido de maneira calma, mas incisiva:

- Volte para fila e aguarde a nossa vez. O senhor da Receita já nos autorizou a sair, enquanto você resolve a questão das nossas malas.

Os dois debatedores em silêncio retornaram cada um para seu devido local. O senhor que se denominou autoridade parlamentar aguardou o atendimento, teve suas malas vistoriadas, pagou um Darf, conversou com os outros servidores que estavam realizando as vistorias e ainda agradeceu o tratamento que teve na nossa Aduana.

Em resumo, cada um, nesse dia exerceu sua autoridade, principalmente a mulher do deputado, que aguardou no restaurante do aeroporto o final dessa história.



## **Dicas de gestão**

### Ana Emília Baracuhy Cavalcanti

*Auditora-Fiscal da RFB-SRRF04/Recife-PE*

*Ingressou na RFB em 15/05/1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Empossada no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional em 16/12/1997. Exerceu as funções de assistente na Superintendência, chefe do Serviço de Recursos Humanos, Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas, Superintendente-Adjunta e atualmente é assistente no Gabinete da 4ª Região Fiscal - SRRF04.*

Tudo começou com um e-mail. Por meio dele, em 26 de junho de 2020, um chefe de divisão questionava a cultura de se tratar tudo por correio eletrônico, com diversas pessoas copiadas, mesmo que o assunto não lhes dissesse respeito. Sentia-se um gestor de e-mails em lugar de gerir pessoas, processos, metas e resultados.

De forma propositiva, trazia o assunto para discussão. Precisávamos de cursos para lidar com esse excesso de informações ou de novas formas de comunicação, com mais fluidez e efetividade?

Talvez houvesse necessidade das duas coisas. Porém nem sempre um treinamento é a solução para um problema e mudança de cultura é algo lento, gradual e construído coletivamente.

Diante desse relato, surgiu a ideia de aproveitar os 30 minutos anteriores ao início da reunião ordinária semanal dos dirigentes regionais e locais, que se realizava de 9 às 11 horas, nas quartas-feiras, em ambiente virtual, para inserir um tema voltado ao desenvolvimento pessoal e gerencial, com dicas práticas, objetivas, fáceis de implementar e, também, construídas a partir das experiências dos participantes.



Foi assim que nasceu o Programa Dicas de Gestão, um espaço que incentiva a aprendizagem livre e o compartilhamento de práticas, conceitos e vivências, contribuindo para disseminar uma cultura voltada à gestão, ao aprendizado e à inovação.

Então, no dia 1º de julho de 2020, ocorreu a primeira apresentação do projeto com o tema “Gerenciando e-mails”, tendo como público-alvo os superintendentes, delegados, inspetores e chefes da superintendência.

Na semana seguinte, foi lançada a logomarca do Programa Dicas de Gestão, conferindo uma identidade ao projeto, que utiliza a imagem do cafezinho e de uma caixa. O café representa a informalidade daquela conversa espontânea que, no trabalho presencial, acontece nos corredores, no cafezinho, junto ao bebedouro. A caixa é o convite para gerar ideias, insights, inovações. Também simboliza o conteúdo que todos possuem e que pode sair da caixa para ser compartilhado com o mundo.

Em agosto e setembro, houve a adesão voluntária de dois colegas para atuarem como palestrantes e coordenadores do projeto. Após três meses de implantação, em outubro, o programa tornou-se aberto a qualquer pessoa da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB que queira participar, tendo migrado para uma equipe pública no aplicativo usado para reuniões virtuais.

Em dezembro, uma página compartilhada passou a divulgar a agenda, os slides e as gravações das Dicas de Gestão (hospedadas em streaming).

Até o dia 09 de novembro de 2022, ocorreram 84 apresentações de Dicas de Gestão, o que equivale a quase 42 horas de conteúdo, com 23 palestrantes voluntários, sendo dezesseis da 4ª Região Fiscal, dois de outra região fiscal e unidade central e cinco convidados externos à RFB.

O desenvolvimento de competências de liderança e gestão costuma depender das ofertas institucionais de cursos formais de capacitação gerencial, nas modalidades presencial ou online (síncrono ou



assíncrono). Com o cenário de trabalho remoto decorrente da pandemia do novo coronavírus, que possibilitou a realização de reuniões virtuais com boa qualidade de transmissão, identificou-se uma oportunidade de ampliar os espaços de aprendizagem, num formato mais dinâmico, interativo, flexível, participativo, leve e descontraído.

No modelo pelo qual Dicas de Gestão foi idealizado, não há lista de presença, nem avaliação de reação. Também não há o gerenciamento do número de acessos ou curtidas aos vídeos e slides. Com inspiração no livro *Lifelong learners*, de Conrado Schlochauer, o que se quer é *“que a vontade de mudar e crescer seja o principal indicador de sucesso de iniciativas de aprendizagem.”*

O Programa Dicas de Gestão é uma pausa, sem culpa, para aprender, compartilhar, mudar comportamento. É um convite para redescobrir a paixão por aprender. Estimular a intencionalidade do aprendizado, pois quem acompanha o programa, define o seu próprio o quê, o como e o por que aprender.

Dicas de Gestão tem o ambicioso propósito de tornar o aprendizado leve, fácil e divertido e, também, de gerar motivação, estimular a criatividade e a confiança.

Ainda que não se tenha, de maneira sistemática, um registro de quantos servidores acompanham Dicas de Gestão (até porque o verdadeiro aprendizado não se mede em número de horas ou de eventos realizados), em média, há entre 40 e 50 participantes que, sem qualquer espécie de convocação, assistem ao vivo à transmissão das apresentações semanais.

O programa é uma iniciativa que:

- Promove, incentiva e valoriza boas práticas de gestão;
- Introduz uma forma diferenciada de gerar aprendizado, compartilhamento de experiências, engajamento e conexão entre as pessoas;



- Serve de inspiração para que outras equipes implantem metodologia similar para o desenvolvimento das pessoas em assuntos técnicos ou de qualquer natureza;
- Gera um ambiente que facilita a comunicação, as boas ideias, a criatividade e a colaboração;
- Estimula o aprendizado autônomo, autodirigido e deliberado dos servidores que escolhem acompanhar (ao vivo ou nas gravações) os temas apresentados no projeto.

Com pouco mais de dois anos no ar, Dicas de Gestão virou uma marca regional. Quem não dispõe de uma pausa de meia hora em sua semana para se dedicar ao aprendizado de algo novo ou para compartilhar seu conhecimento e experiência?

Segundo comentários dos próprios participantes, o bom das Dicas de Gestão é o “gostinho de quero mais” ao fim de cada encontro. Como são apenas 30 minutos, não se torna enfadonho. E quem quer aprofundar o assunto, poderá mergulhar nas sugestões de vídeos, artigos, livros e outras fontes trazidas pelos palestrantes.

Dicas de Gestão vem, desta forma, contribuindo para o engajamento das equipes, gestão do conhecimento, compartilhamento de boas práticas, conteúdos relevantes e experiências, estímulo à criatividade e à inovação, conexão de pessoas de áreas e unidades diversas na busca por melhoria de performance para o alcance da missão institucional.

De concepção e implementação simples, Dicas de Gestão é um dos frutos positivos de um cenário desafiador que a pandemia trouxe para o ambiente corporativo.

Não há dúvida de que é nas pessoas que reside o potencial de construir soluções para enfrentar as dificuldades trazidas por situações inesperadas, como a Covid-19.



Dicas de Gestão é apenas mais um entre tantos projetos desenvolvidos nesta casa, por servidores comprometidos, competentes, engajados, criativos e inovadores, que comprovam a capacidade de adaptação da Receita Federal a novos cenários imprevistos, dinâmicos e complexos.



***História fantástica de um mero servidor público  
– em aventuras de trabalho***

Antônio Cardoso da Rocha Filho

*Assistente Técnico-Administrativa-Sapol/Teresina-PI*

*Trabalha com prorrogações, repactuações e análise de execução de contratos. Ingressou na Receita Federal em 06/03/2015.*

Diante de tantas aventuras que a vida disponibiliza a todos nós, imaginei que só outros seres humanos passariam por isso, eu não!

A vida me mostrou o contrário! Me mostrou que qualquer ser humano, incluindo, eu, poderia passar por isso! Pode passar por uma aventura. Pode ser um aventureiro.

Tirando tantas outras aventuras, uma me esperava. E ela estava lá, no órgão em que trabalho – Receita Federal do Brasil.

Ao longo do tempo que trabalhei na Receita Federal do Brasil, tinha muita vontade de embarcar para Foz do Iguaçu, visto que muito tinha ouvido falar daquele lugar, seja pelo paisagismo, seja pelo fluxo de transeuntes que por lá passavam. Em especial, no local em que meus colegas trabalhavam – na Ponte da Amizade (sobre o rio Paraná) – fronteira do Brasil com Paraguai – precisamente na divisa entre Foz e Ciudad del Leste.

Aquela imagem sempre permeava meu cérebro – me imaginava lá. Naquele lugar distante daqui – do Piauí. Algo naquele lugar me atraía. Já tinha feito algumas inscrições e não conseguia ser selecionado.



Quando foi um certo dia – no final de julho de 2019, finalmente, recebi uma boa notícia – que viajaria para Foz do Iguaçu.

Foi um Deus nos acuda!

Como moro em José de Freitas (nas bandas do Nordeste brasileiro) e o voo seria cedo, saindo de Teresina, para não correr risco de chegar atrasado no aeroporto, no dia anterior, fui para a capital para dormir na casa de meu tio.

No dia, as coisas complicaram, infelizmente, estava muito cansado da labuta diária e terminei por acordar quase que na hora da viagem. Rapidamente me arrumei e pedi para meu tio se apressar. Chegamos no aeroporto 10 minutos antes do voo. Não foi possível fazer check in. Diante da pressa, nem imaginei que seria possível fazer pela internet. Tudo complicou! Não sabia mais o que fazer!

Fiquei nervoso. Tive a ideia de tentar negociar um outro horário, mas não deu certo. Depois de tantas tentativas em vão, consegui um voo para o dia seguinte. Liguei para o chefe e expliquei a situação. Ele entrou em contato com Foz do Iguaçu e ficou acertado para iniciar assim que chegasse por lá. E assim o fiz... Segui a jornada.

Ao chegar no aeroporto internacional de Foz do Iguaçu, umas 2h da manhã seguinte, chamei um carro de aplicativo e segui para o hotel onde tinha reserva. Ainda lembro bem o nome do hotel, foi indicação de um amigo.

Todo ansioso para conhecer o novo local de trabalho – no dia seguinte fui cedo para a parada aguardar o veículo combinado para ir à ponte da amizade – local do expediente.

Chegando lá, fui bem recebido pelos colegas e gostei muito do local. Me mostraram as repartições e me explicaram como deveria proceder na execução dos trabalhos. Minha tarefa era auxiliar a fiscalização da



fronteira. Fui lotado em jornada de 24h x 72h. Estava me sentindo o máximo. Um velho piauiense num local completamente desconhecido.

É indescritível o aprendizado que adquiri por lá. Nunca tinha realizado abordagens aduaneiras. Nunca tinha executado tais serviços. Foi mesmo o máximo. Tinha que estar ligado 24h. Aprendi a realizar as tais abordagens feito ninguém. Nos dias que passei por lá, parece até que aprendi a farejar. Sentia as coisas no ar.

Ao olhar para um transeunte, parece que meu cérebro se conectava com as vibrações do seu coração. Era capaz de sentir a batida e identificar se tinha algo de errado ou não. Era algo tão estranho, mas prazeroso. Eu sentia o erro no ar.

Quando foi um certo dia, aproximadamente entre 3 a 4h da manhã, lá vinham duas pessoas em um carro. Eu, com outros colegas, estávamos tão afinados, que conseguíamos farejar as coisas pelo ar. Percebemos que um dos rapazes estava muito nervoso – havia algo de errado. Ao verificar, constatamos que levava alguns papелotes de maconha amarrados nas virilhas.

Outro dia, ao verificar a bagagem de algumas pessoas que estavam em uma van, percebi algo estranho numa caixa de som. Nunca tinha visto caixa de sons tão macias e resolvi verificar. Naquelas caixas, não tinha nada de caixa de som. Fiquei completamente abismado. Nunca tinha visto algo daquele jeito. Veja, encontrei “coca” - produto utilizado na mistura de cocaína, conforme informações de agentes da polícia que se encontravam por lá. Naquele momento, pensei sobre a tamanha astúcia que o ser humano utiliza para o mal. É algo extremamente malicioso.

Com percebido acima, o aprendizado naquele local foi inestimável. Quero ir mais vezes por lá, para, assim, colaborar cada vez mais com nossa nação.



## ***O Imposto de Renda e o poder divino***

**Eduardo Antônio Costa**

*Auditor-Fiscal da RFB-DRF/Varginha-MG*

*Tomou posse em 13/01/2003 na fiscalização do INSS, transformada em Receita Previdenciária e, em 02/05/2007, unificada com a SRF em Receita Federal do Brasil -RFB. Iniciou suas atividades na fiscalização externa em 2003 na Regional de Ijuí-RS (atualmente DRF/Santo Ângelo). No final de 2004 ocupou a chefia de fiscalização na DRF-P/Poços de Caldas. Na DRF/Varginha assumiu de 2005 a 2016 a chefia de equipe fiscal, em 2016 a chefia de fiscalização e de fevereiro de 2017 a janeiro de 2021, a função de Delegado Adjunto. Na DRF/Uberlândia exerceu a função de Delegado de janeiro de 2021 a janeiro de 2022. Atualmente é Delegado na DRF/Varginha (desde agosto de 2022).*

**Luciana Machado de Andrade**

*Auditor-Fiscal da RFB-DRF/Varginha-MG*

*Ingressou na Receita Federal em 1997, na extinta Delegacia da Receita Federal em Uberaba. Trabalhou na também extinta Delegacia da Receita Federal em Sete Lagoas e ainda na Delegacia da Receita Federal em Belo Horizonte. Desde 2007, está lotada na Delegacia da Receita Federal em Varginha, onde atuou no Controle e Acompanhamento Tributário e na Equipe de Arrecadação e Cobrança. Foi Assistente de Gabinete. Desde 2020, encontra-se na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e Direito Creditório.*

**Vanice Aparecida Lourenço**

*Aposentada*

*Tomou posse em 04/05/1981 como telefonista. Trabalhou na SAPOL e no Gabinete da DRF/Varginha. Aposentou em 05/07/2021.*

Certo dia, recebemos, no Gabinete, uma solicitação de reunião com o delegado. Perguntamos, como de costume, qual o assunto e fomos informados que a instituição que solicitou a reunião (no caso, um hospital) havia perdido o prazo para colocar em dia quatro parcelas em atraso de Parcelamento Especial (PERT) referente ao Imposto de Renda da pessoa



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

jurídica e, com isso, foi excluída do parcelamento, com o conseqüente restabelecimento da cobrança de débitos “impagáveis” e impedimento à emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND).

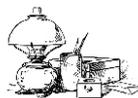
Diante dos fatos relatados, que deixavam claro que a exclusão do PERT em questão estava em absoluta conformidade com a lei, não podendo, portanto, ser revertida administrativamente, perguntamos qual seria a finalidade da reunião solicitada. Em resposta, a atendente do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Delegacia disse que os representantes da instituição queriam apenas desabafar e justificar o motivo da perda de prazo, pois se tratava de um hospital sério e carente de recursos. Falamos então que podia liberá-los para subir até o Gabinete (2º andar).

Como no Gabinete da DRF Varginha temos o hábito de nunca reunir o delegado sozinho com o contribuinte, foi convocada a assistente do Gabinete e logo em seguida chegaram os representantes da instituição, que começaram a se apresentar. O primeiro a se identificar foi o padre da cidade, seguindo por uma senhora que se dizia diretora do hospital e, por último, o contador.

Achamos estranha a presença do padre. Percebendo a nossa surpresa, a diretora do hospital foi logo dizendo que trouxe o padre porque ele sempre faz as portas abrirem para o hospital. Em seguida, passou a explicar o problema, juntamente com o padre e o contador, tentando justificar o motivo da perda de prazo. Finalizaram solicitando uma orientação, pois estavam sem rumo.

Explicamos que administrativamente a perda do prazo de pagamento das quatro parcelas do PERT era “cruel” e “fatal”, pois ensejava, por força de lei, a exclusão da entidade do parcelamento e inviabilizava qualquer ação.

A diretora perguntou o que queríamos dizer com o termo “administrativamente”. Explicamos que o termo se referia aos



procedimentos da Receita Federal. Salientamos que os motivos que ensejaram a perda do prazo de pagamento das parcelas do PERT, por mais relevantes que fossem, não poderiam ser administrativamente considerados para fins de reinclusão da empresa no PERT, haja vista não haver previsão legal nesse sentido. Tais motivos poderiam até ser analisados judicialmente, mas nunca administrativamente.

Ainda sem entender, a diretora perguntou: “Como assim?”

Explicamos que administrativamente o ato é sempre vinculado à lei e aos demais normativos, mas que no âmbito do Poder Judiciário, o juiz tem a prerrogativa de analisar outras variáveis e situações concretas da instituição, como fluxo de caixa, geração de empregos, importância e necessidade do hospital para a comunidade local, além da parte normativa.

Ao finalmente entender que o delegado não poderia resolver o problema da instituição, a diretora do hospital começou a aventar a hipótese de levar o problema ao Judiciário, mas concluiu que o hospital não teria dinheiro para pagar um advogado. Um dos representantes da instituição sugeriu, então, a utilização de um advogado da Prefeitura (Procurador do Município) ou de um defensor público. Foi neste momento que surge o inusitado: a Diretora do hospital, tomada por súbita empolgação, passou a dizer que o padre poderia resolver a situação, conversando com o juiz.

Informamos que o ajuizamento de ação judicial não funcionava dessa maneira, mas a diretora insistiu que o padre resolveria tudo e que a procuradora do Município apenas assinaria a petição. Enquanto isso, o padre estava francamente concordando com suas palavras, aparentemente entendendo que tinha amplos poderes para resolver a questão perante o Poder Judiciário. Tanto no CAC quanto no Gabinete todos comentavam como a diretora podia achar que o padre tinha tanto poder assim.



Animados com a ideia de deixar o padre solucionar o problema, os representantes da instituição foram embora e achamos que o assunto estava encerrado.

Passados alguns dias, recebemos no Gabinete uma decisão judicial, proferida por juiz de 1ª instância, determinando a imediata inclusão da entidade no PERT. Achamos tudo muito estranho, pois a decisão em questão não foi exarada por um juiz federal, mas sim por um juiz estadual e a ordem era muito impositiva. Cumprimos a determinação e informamos ao juiz estadual de 1ª instância que ele não era a autoridade competente para julgar aquele caso, sugerindo o encaminhamento do Mandado de Segurança para a Justiça Federal. O juiz não concordou e manteve a decisão.

Alguns dias na sequência, recebemos novamente no gabinete a diretora, o padre e o contador da instituição. Foi aí que ficamos sabendo que o padre, em audiência com juiz, acompanhado da advogada, conseguiu argumentar o suficiente para que o juiz se convencesse da importância de determinar a reinclusão da entidade no PERT. A partir disso, ninguém mais duvidou do poder do padre em abrir portas, como foi dito pela diretora logo no início da primeira reunião. Foi aí que surgiu o comentário no CAC e no Gabinete “O Imposto de Renda e o poder divino”, em função da presença do padre como representante da instituição no Judiciário.



## ***O primeiro alvo a gente nunca esquece***

Cláudia Carneiro Condé Godoy

*PSE Serpro-SRRF06/Belo Horizonte-MG*

*Atualmente trabalha na SRRF06 - Assessoria de Comunicação desenvolvendo atividades de assessoria de imprensa e atividades de cerimonial da 6ªRF, exercendo a função de cerimonialista.*

No finalzinho de setembro de 2022, mais precisamente em 27/09, o superintendente-adjunto da 6ª Região Fiscal me convidou para acompanhar a equipe de fraude em uma operação que seria deflagrada no início de outubro no estado de São Paulo. Pensei, pensei e aceitei. A minha função seria de fazer boas imagens para divulgação e coordenar a coletiva de imprensa que aconteceria no mesmo dia, pouco tempo depois que eu deixasse o alvo. Só para esclarecer: faço parte do time da Assessoria de Comunicação - Sacin06. Simplesmente fui sem saber de muita coisa, ou de quase nada, inclusive o destino correto. Fiquei sabendo que é assim mesmo - cuidados com o sigilo.

Reuniões importantes aconteceram e segui participando de uma a uma e anotando tudo. Não poderia perder nenhum detalhe desta operação que contou com uma centena de servidores da RFB e tantos outros da Polícia Civil.

Mais uma reunião, essa chamada de briefing, no final da tarde do dia anterior à operação. Importante, tensa, alvos distribuídos... Chegou o dia, ou melhor, a madrugada e nem dormi direito. Tudo novo, nunca tinha participado de uma operação antes.



Sáímos, o dia ainda não tinha nascido, e fomos para mais uma reunião estratégica, e eu fotografando e filmando tudo que via pela frente, não perdia nada. O briefing seria com os policiais. O local foi definido somente 10 minutos antes de deflagrar a operação. Novata no assunto, só a partir deste último encontro que a operação foi tomando forma na minha cabeça e na alma. Tive notícias que o alvo era perigoso e que todo cuidado era pouco. A equipe me disse que deveria usar máscara para preservar a minha identidade, ou seja, não ser reconhecida. Assim, fiz. Discordar pra quê?

Fiz as imagens que foram usadas pela imprensa para divulgação desta que foi a minha primeira operação. Fiquei superfeliz! Pensam que acabou? Lembrem, ainda tem a coletiva. Em seguida, fui para o local da entrevista coletiva. Aquele trânsito característico da bela São Paulo. Tive medo de não chegar a tempo. Na verdade, tive mais receio de não chegar a tempo do que da operação em si. Não que houvesse momento de relaxamento, mas eu fui e a história de não conseguir chegar me apavora. Enfim, a coletiva aconteceu como prevista, sem atropelos.

No início, foi bastante tensa, mas ao mesmo tempo, estimulante, eletrizante - a maior adrenalina. Foi bom sair da zona de conforto e aproveitar essa experiência, fora a confiança do chefe sobre as boas imagens.



## **Os mineiros e a Receita Federal**

Valmir Paulino Benício

*Analista Tributário da RFB- ARF/São Sebastião do Paraíso-MG*

*Bacharel em Administração com Habilitação em Comércio Exterior e Bacharel em Direito. Elaborou a Edição Especial da Revista Comemorativa de 10 e 20 anos da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas em 2008. Em 2013, teve seu texto “Unificação dos Fiscos” premiado como 2º colocado, no 4º concurso Histórias de Trabalho da RFB. Exerceu cargo de chefia em várias Unidades, São Bernardo do Campo, Poços de Caldas e Guaxupé. Atualmente é chefe da ARF/São Sebastião do Paraíso – MG.*

Eu sou do ABC Paulista, mas moro em Minas Gerais há muitos anos.

São Paulo tem muita proximidade com Minas, mas podemos notar muitas diferenças culturais. Primeiro o sotaque. Percebi o jeito cantado do mineiro falar. E as expressões? O “mineirês” tem toda uma característica própria. Estamos sempre atendendo pessoas de zonas rurais que têm um sotaque bem regionalizado.

Lembro de uma vez que uma colega teve dificuldade de se fazer entender quando falava a palavra Darf durante um atendimento. Ela teve que mudar o jeito de falar para que o contribuinte entendesse que ela falava da guia de recolhimento oficialmente chamada de Documento de Arrecadação de Receitas Federais.

Seguem algumas expressões que mais marcaram nossa experiência e, claro, seu significado:

“Que qui cê tá arrumano?” – O que você está fazendo?



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

“Pertim” – Pertinho

“Qui sauda do cê!” – Que saudade de você

“É mió” – É melhor

“Vambora” – Vamos embora

“Cê é fí di quem?” – Você é filho de quem

“Cê tá bão/boa?” – Você está bem?

“Casca fora” – ir embora, escapar

“Cê dá trabai demais!” – Você dá muito trabalho

“Dimaidaconta” – muito, exagerado

“Encasquetá” – se preocupar com alguma coisa

“Engastaiá” – agarrar, emperrar, estragar

“Guenta a mão” – espera um pouco

“Mió qui tá tenu” – o melhor que está tendo

“O trem tá feio” – A situação tá complicada

“Tô garrado(a)” – estou ocupado ou comprometido com alguma coisa

“E o uai?” Uai é uai, uai.

Uma frase que sempre me chamou a atenção pelo que representa é o tal – “Eu gosto das minhas coisas tudo direitinho.” Sempre mostrou esse jeito do povo mineiro que realmente procura manter suas coisas da forma mais correta. Tanto que o mineiro sempre procura ajustar e inovar seu trabalho para ficar tudo cada vez mais “direitinho.”

Tenho visto nesses anos muitas iniciativas dos colegas mineiros que têm contribuído muito para o aprimoramento do nosso trabalho e para a



nossa prestação de serviço. Algumas dessas iniciativas locais tiveram tanta importância que ganharam destaque nacional.

Vamos tentar lembrar de algumas dessas inovações que trouxeram tantas vantagens e avanços no âmbito da Receita Federal e, claro, beneficiando o nosso público final.

- Projeto Farol – Plataforma desenvolvida por colegas mineiros que simplificou o atendimento por possibilitar promover vários procedimentos em lote;

- PAV – Parceria entre a Receita Federal e Prefeituras visando ter uma unidade na cidade em que um servidor municipal recepcionaria solicitações de serviços que normalmente seriam atendidas por Unidades da RFB;

- Parcerias com entidades para o aproveitamento e adequação de produtos apreendidos de modo a poderem serem destinados à comunidade;

- Campanha de incremento nas destinações do Imposto de Renda ao FIA – Fundo da Infância e Juventude e Fundo do Idoso.

E tem ainda um projeto de um colega que consiste em fazer com que alunos simulem em suas escolas a elaboração de orçamento participativo. Além do engajamento em questão tão importante, o projeto despertará o espírito de cidadania já nessa fase juvenil dos alunos.

Essas e outras inovações contribuíram para a melhoria de todo o nosso trabalho além de benefícios para toda sociedade como um todo.

Parabéns aos Mineiros da Receita Federal!

Parabéns “procês”!



## **Tributo à Aduana**

**Denise de Moraes Borba**

*Analista Tributária da RFB-ALF/Porto Alegre-RS*

*Ingressou na Receita Federal em 15/01/1993, nestes quase 30 anos já trabalhou e esteve chefe na arrecadação, no cadastro, em agência e na logística. Trabalhou também no atendimento ao contribuinte e correição. Nos últimos 10 anos, atua na Aduana do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, fiscalizando passageiros e bagagens de voos internacionais.*

Olá! Sou aquela agente pública lá na ponta da sua viagem. Fiscalizo pessoas e suas bagagens na entrada do país ou, enfim, aquela trabalhadora que ninguém gosta.

No início, eu não entendia isto e me debatia, tentava ser detalhista, explicava a legislação, instruía como a pessoa deveria fazer para declarar suas compras numa próxima viagem.

Mas não. Quem quer declarar pergunta antes e diariamente respondo dúvidas de viajantes que querem fazer passeios e compras sem dissabores no retorno. Procuo explicar com discernimento, obviamente, e não como num famoso livro de viagem, em que havia um segmento inteiro dedicado a orientar como passar na aduana brasileira. Ensinava a colocar as cuecas e meias sujas por cima. Achei engraçado, né? A gente praticamente bebe combustível nas fiscalizações de pátio e acham que nos michamos por calcinhas melecadas. Certo que o escritor Ricardo Freire viajou nesta viagem.



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

O objetivo comercial ou excesso de compras pode ser claro, porém alguns não aceitam serem “pegos”. Supostamente assumem o risco de não declarar, sem perceber todos os valores envolvidos. Quando os filhos estão juntos, procuro ser mais didática, afinal os atos aduaneiros convergem para a educação fiscal e a conscientização sobre o exercício cidadão não pode tirar folga. Explico também sobre os tributos a serem pagos bem cuidadosamente e fico transmitindo em pensamento: “Vai, aceita que dói menos”.

Mas uns se inflam, discursam sobre o Brasil e os brasileiros e como pagam muitos impostos, enquanto tentam esticar uma quota de isenção de quatro salários-mínimos por mês, por viajante. Uma sangria aos cofres públicos em forma de roupas da estação passada, tênis coloridos, maquiagens famosas e frutos tecnológicos que ressignificam a expressão pecado capital utilizando-se de uma maça como estandarte. Mas não retruco, o silêncio é um excelente instrumento na labuta. Aliás, muitos elementos utilizados como auxiliares do meu trabalho não são perceptíveis ao olhar desatento. Estudo expressão e linguagem corporal, técnicas de entrevista, manuais de produtos contrafeitos, químicos utilizados em entorpecentes e o que estiver ao meu alcance para atingir os objetivos da Receita Federal.

Nem todo dia isto é fácil. Um viajante testou-me tempos atrás até o limite. Usou todos os artifícios, desde doença até mudança domiciliar. Incomodou-me, particularmente, a mochila do bebê carregada de eletrônicos. Apostava no meu desconhecimento sobre as mercadorias e uma ponta de asa de avião foi declarada como artesanato para a mãe doente. O cidadão repetiu várias vezes que dinheiro não era problema e que podia resolver tudo ali mesmo, diretamente. Preocupada com a ambiguidade das afirmações e com a sua insistência, tomei cuidados extras em documentar todo o atendimento.



Mais um dia de trabalho honrado. O silêncio e a consciência ética foram meus parceiros, mas tantas injúrias cresceram dentro, sangraram e transbordaram em pesadelos em que o não dito era gritado e chorado. O inconsciente finalmente liberto e oculto nas sombras da noite.

Mas o céu não nos protege da desertificação das relações e noutra dia tive mais um pesadelo; ou antes fosse. Num grande seminário, um palestrante referiu-se equivocadamente a aduaneiros como “abridores de malas”. Embora rapidamente tenha sido lembrado sobre os termos da verificação fiscal, a ferida do desrespeito ainda aflige. A insalubridade pode ser sutil.

Entretanto, não só tristezas passam no portal da Aduana e os diferentes contatos com o diverso, verdadeira riqueza das nações, são cotidianas. Culturas e ideais são desvelados nos passageiros e nas bagagens discretamente verificadas, igualmente tratadas perante o Estado e cuidadosamente precificadas com os informativos entregues pelas mãos invisíveis do mercado.

O aprendizado é diário e o contato com os costumes do mundo traz grandes revelações. Partículas passageiras de alegrias alheias podem parecer insignificantes, mas não menos preciosas. Se somos o amalgamento de nossas experiências, não há valoração possível para a vivência na aduana do aeroporto. Talvez você passe aqui no futuro e possa perceber estes detalhes que lhe contei e, quem sabe, ver este portal com novos olhos. De minha parte, desejo a todos uma boa viagem, um bom retorno, que possam entender o significado social do meu trabalho e que consigam olhar com esperança para o futuro do Brasil.



*Poesias*  
*Premiadas*



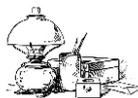
# *Primeiro Lugar*

## **Um século do nascimento do Imposto de Renda e sua precípua missão**

Honorino José Gonçalves

*Auditor-Fiscal da RFB-DRF/Joinville-SC*

*Auditor-Fiscal desde junho de 1995, ocupou as funções de Assistente, Chefe de Seção de Controle e Acompanhamento Tributário e o cargo em comissão de Delegado da Receita Federal em Joinville/SC (2014-2022). Pós-graduando em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior; Pós-graduado em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia da Construção Civil; Pós-graduado em Direito Tributário; Bacharel em Administração de Empresas; Bacharel em Direito; Licenciado Pleno do Curso de Graduação de Professores.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



### ***Um século do nascimento do Imposto de Renda e sua precípua missão***

Em 1922, publicada no Diário Oficial da União,  
Lei que cria o imposto sobre a renda,  
Um século de sua criação,  
Entrega da declaração nas unidades do Ministério da Fazenda.

Quem auferisse renda anual inferior a seis contos de réis,  
Do Imposto de Renda era isento.  
Àqueles que, em suas declarações, não eram fiéis,  
O agente do fisco efetuava o lançamento.

O Imposto de Renda será devido por pessoa física ou jurídica,  
denominado contribuinte.

Em 1924, aprovado o primeiro de todos os regulamentos.

Após a efetiva instituição desse imposto, conclui-se o seguinte:

Contemplou tributação sobre maiores rendimentos!



Em 1934, criação da Delegacia Geral da Fazenda Nacional,  
E o Tesouro Nacional tem a função de departamento da  
administração superior da Fazenda.  
Repartição auxiliar e dependente do Tesouro Nacional era a  
Diretoria do Imposto de Renda,  
Com competência de lançamento, localizada no Distrito Federal.

Constituição Federal de 1934 preceituou:

Compete privativamente à União decretar impostos de renda e  
proventos de qualquer natureza.

A importância do Imposto de Renda na Carta Magna se acentuou  
E a atuação do fisco sempre com clareza!

Em 1940, foi criada uma comissão:

Diversas medidas tomadas para reorganização.

Em 1943, o Imposto de Renda alcança o primeiro lugar em  
arrecadação

Entre os tributos de competência da União!

Além disso, tributação do Imposto de Renda mais adequada

Aos princípios de justiça fiscal e aperfeiçoamento no cadastro dos  
contribuintes.

É a “Reforma administrativa de 1942” efetivada,

Sucesso aumentado nos anos seguintes.



Tuberculose ativa, alienação mental, maligna neoplasia,

Cegueira, lepra ou paralisia:

Em 1947, isenção do Imposto de Renda das importâncias recebidas de alguma forma,

Relativas aos proventos de aposentadoria e reforma.

A partir do exercício de 1948, pagamentos feitos

Aos médicos e aos dentistas, pelo contribuinte e seus dependentes,

Puderam ser abatidos da renda bruta, porém, sujeitos

A uma posterior verificação pelas autoridades competentes.

No ano de 1946, o limite de isenção passou para 24 mil cruzeiros.

Em 1948, alíquota mais elevada saltou para cinquenta por cento.

Em 1960, para orientar melhor o contribuinte sem auxílio de terceiros,

Melhoria no Manual de Orientação, um grande fomento!

Em 1961, regulamento para os serviços da fiscalização do Imposto de Renda.

A partir do exercício de 1965, fim do empréstimo compulsório!

Execução de sua cobrança, em 1952, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda,

Que teve um final, por ser provisório.



De 1964 a 1967, houve a reforma na tributação:

Política de incentivos fiscais;

Definições de fraude, conluio e sonegação.

Fiscalizações foram fundamentais!

1968, fim da Direção-Geral da Fazenda Nacional.

Nasce a Secretaria da Receita Federal.

As pessoas físicas receberam em suas casas os formulários

Para declararem o Imposto de Renda sobre rendimentos e salários.

Ainda em 1968, o CPF foi instituído

Para cadastro de pessoas físicas, essa era a finalidade.

E a partir de 1971, para licenciamento de veículo emitido,

O CPF no documento era exigido!

Foram milhões de declarações no ano seguinte:

Dobrou a arrecadação do imposto sobre a renda!

Facilidade para o contribuinte

Exercer a cidadania de acordo com a sua agenda!



O pagamento de Imposto de Renda ocorria  
Após quarenta e cinco dias da notificação.  
A partir do exercício de 1983, o pagamento devia  
Ser realizado no prazo de entrega da declaração.

A declaração de rendimentos  
É alterada a partir do exercício de um mil, novecentos e noventa.  
Cédulas de A até H tiveram os seus encerramentos.  
A partir dessa data, essa divisão se “aposenta”!

Lei de 1995 determina que a moléstia grave, inclusive alienação mental,  
Deveria ser comprovada por meio de laudo pericial,  
Emitido por serviço médico oficial  
Da União, Estados, Municípios e Distrito Federal!

Em 2004, disponibilizado na internet o extrato simplificado  
Da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF.  
O contribuinte passa a verificar se foi processado,  
Bastando informar o recibo de entrega da declaração e número do CPF.



A partir de 2008, extinta a (DAI) Declaração Anual de Isento,  
Que era exigida com o fim de manter o CPF ativo  
Mesmo para quem não auferisse rendimento  
E possuía apenas o fim informativo.

A tecnologia avança e, a partir de 2011, fim do papel formulário:  
Programa IRPF, somente pelo computador!  
Contribuinte foi o maior beneficiário.  
A partir de 2013, uso do smartphone/tablet, foi mais um facilitador!

Declaração IRPF online e Declaração Pré-Preenchida,  
Facilitando a vida dos declarantes,  
E, em contrapartida,  
Ajustes nos sistemas muito importantes!

A minha história de trabalho com o imposto sobre a renda  
Vai além de “prestar contas ao leão”.  
Para que o contribuinte não se arrependa,  
Divulgar na mídia o modo correto de preenchimento da declaração



Se arrependimento matasse... frase de um pensador!  
E ouvi de muitos conhecidos  
Que deram ouvidos a um determinado contador  
Para omitir na declaração de Imposto de Renda, os rendimentos recebidos.

Na declaração de ajuste anual  
É preciso declarar o rendimento total.  
Os omissos poderão sofrer o desgosto  
De caírem na malha fiscal!

Por muitos anos, em palestras e entrevistas,  
Alertei os contribuintes de Imposto de Renda  
A agirem de acordo com as normas previstas  
Para estarem quites com a Fazenda e evitarem a repreenda!

Qual é a grande missão do Imposto de Renda arrecadado pela Receita Federal?

Investimento em saúde e educação, programas sociais, defesa do meio ambiente,

Dentre outras ações e projetos, administrado pelo Tesouro Nacional.

A coletividade é o cliente!



Do Imposto de Renda devido, é possível destinar diretamente  
Aos Fundos controlados pelos Conselhos do Idoso,  
Aos Fundos para a Criança e ao Adolescente,  
Pelo contribuinte que é atencioso!

Esta homenagem poética a esse nobre imposto  
É um resumo de sua trajetória  
Para atingir o objetivo proposto:  
Homenageá-lo pelos seus 100 anos de história!

*Referências históricas, extraídas do site gov.br/receitafederal*

*HISTÓRIA DO IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL, UM ENFOQUE DA PESSOA FÍSICA (1922-2013);*

*Trajectoria – Cronologia – Legislação - Curiosidades da Evolução do Imposto de Renda*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil

# *Segundo Lugar*

**IR ano 100**

Sérgio Roberto Cotrim Guarά  
*Auditor-Fiscal da RFB-DRF/São Luís-MA*

*Iniciou suas atividades na extinta Receita Previdenciária como Fiscal de Contribuições Previdenciárias em outubro de 2006. Com a fusão das receitas (Federal e Previdenciária), foi lotado na Seção de Análise Tributária da RFB e posteriormente na Seção de Fiscalização, onde exerceu chefia. Atualmente trabalha na Equipe Regional de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 1 - Benefícios Fiscais na 3ªRF.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



## ***IR ano 100***

Os marcos são marcas, sinais nas caminhadas  
Irrupções significativas, em uma história fincadas  
Resistem ao tempo que passa, não lhes corroem as traças  
Pois são sólidas moradas.

O marco do Imposto de Renda, foi erigido com afinco  
Em dezembro de 1922, com a lei 4.625  
Mas foi só um ano depois, que a cobrança se impôs  
O Estado disse eu finco.

Imposto Geral sobre a Renda, o qual é anualmente devido  
Por pessoas físicas ou jurídicas, para um Tesouro provido  
De recursos para atender, a gestão pública e promover  
O que ao Estado é cabido.

Programas de saúde, educação, geração de emprego, inclusão social  
Infraestrutura e segurança, meio ambiente, nada mal



Pagar imposto é cidadania, que deve acarretar sintonia  
Entre o Estado e o corpo social.

Os contribuintes obrigatórios, devem a declaração apresentar  
Os rendimentos auferidos, e as deduções a processar  
É feita então a apuração, se cabe ou não devolução  
Ou se há imposto a pagar.

Nos anos oitenta o Leão, mostrou sua imponência  
Com um rugido amigável, de alerta à prudência  
No andar magnífico e probo, que é manso, mas não é bobo  
Um símbolo de eminência.

Um passo largo foi dado, do meio papel ao digital  
O avanço tecnológico, foi de importância capital  
Os programas geradores, reduzindo os dissabores  
De um erro casual.

Também esses programas, agilizaram o preenchimento  
A recepção da informação, e a rapidez do processamento  
A qualidade dos dados, dos números consolidados  
Solidificaram o planejamento.



As melhorias não param, parece que o céu é o limite  
O uso de aparelhos móveis, o aplicativo permite  
A declaração emitida, pelo fisco e assentida  
O contribuinte só admite.

Cem anos de Imposto de Renda, imposto de enorme potencial  
De promover o desenvolvimento, bem como a justiça fiscal  
É o imposto de maior arrecadação, e tem sua grande missão  
No equilíbrio e paz social.

Uma questão recorrente, sem uma solução final  
É a de equacionar o tributo, com a justiça fiscal  
Combater a regressividade, pela econômica capacidade  
De cada um e cada qual.

Eis a questão do nosso tempo, que não se pode postergar  
Pois esse nó que não cede, nós precisamos desatar  
Justiça Fiscal com equidade, reduzindo a desigualdade  
O bom combate a travar.





# *Terceiro Lugar*

***Cem anos – um veterano e eterno aprendiz***

Valdiléia dos Reis Castro da Cunha  
*Analista Tributária da RFB-ALF/Guarulhos-SP*

*Trabalha na inspeção de bagagens, passageiros de voos internacionais e domésticos, desde 2006. Lotada na Alfândega de Guarulhos, Aeroporto Internacional de São Paulo. Atualmente, atua também como condutora de agente canino/K9 da Receita Federal.*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



***Cem anos – um veterano e eterno aprendiz***

O dia, trinta e um de dezembro  
Mil novecentos e vinte e dois, o ano  
Data muito especial, meu nascimento  
Cem anos comemorar, momento soberano  
Na passarela da História do Brasil, celebrar  
Tantos anos vividos, muito tenho a contar  
Presenciei renovações, progressos, sou um anciano.

Lei 4625, único artigo, oito incisos  
Manhã ensolarada de domingo, meu surgimento  
A maioria de vocês não havia nascido  
Recebi grande missão, muito comprometimento  
Garantir ao povo brasileiro, vitoriosa jornada  
Contribuição sobre rendimentos, lei sancionada  
República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, pujante crescimento!



Ciente de minha vocação, nobre sacerdócio  
Financiar saúde, segurança pública, cultura e educação  
Nasci para protagonizar no desenvolvimento do Brasil  
Além de testificar direitos e deveres do cidadão  
Busco combater, pouco a pouco, a desigualdade  
Sonhando incansavelmente obter a igualdade  
Exigindo de cada contribuinte justa contribuição.

Progressividade, Universalidade e Generalidade  
São princípios que minha essência constitui  
Respeito à Capacidade Contributiva e Isonomia  
Direito que qualquer contribuinte possui  
Almejo ainda alcançar a Justiça Social  
Através de uma visão de Inclusão nacional  
Onde toda garantia individual se institui.

Todos estão sob minha cobertura, desde bebês a idosos  
Incidindo nas receitas de pessoas físicas ou jurídicas  
Podendo os contribuintes residentes ou não no país  
Desde que mantenham relações econômicas e fáticas  
Minha perspicácia me permite coibir quem deseja sonegar  
Além de me manter vigilante, a quem intenta bens ocultar  
Diligencio fatos geradores, buscando situações verídicas.



Busco com todos estes preceitos, paulatinamente,  
Combater e lutar contra Desigualdade Social  
Possuo um sistema de alíquotas onde persigo  
Atingir o sonhado equilíbrio financeiro e patrimonial  
Sigo firme em meus propósitos, com determinação  
Ambicionando incansavelmente atingir a perfeição  
Sou o mais fomentador imposto da Receita Federal.

Uma disputa ocorreu na década de 1980, fato curioso  
Agências publicitárias participaram de uma licitação  
O objetivo era criar um personagem ou mascote  
Para a Receita Federal me aproximar da população  
Simba, o leão de um circo argentino, foi escolhido  
Figura real, marcando a minha existência, amplamente difundido  
Durante dez anos em vários comerciais e anúncios na televisão.

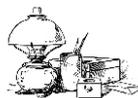
A escolha de um leão, não foi ao acaso  
Ele representa vários símbolos de comunicação  
Imponência pacífica, sempre avisa quando vai atacar  
O rugir do leão, ecoa longe, poder de persuasão  
Rei da selva, impondo respeito e temor  
Aos sonegadores traz a sensação de pavor  
Lealdade, àqueles que tenham a ele consideração.



O leão é também um representante da Justiça  
Permitindo harmonia aos demais animais em sua savana  
Compartilhando espaços, sendo o rei da selva  
Tranquilo, observador, presença marcante e soberana  
Só ataca quando necessário, para se defender ou comer  
Sempre na justa medida, sem a intenção de desfavorecer  
Impossível não ser atraído por sua presença filigrana!

Esse meu símbolo permanece até os dias atuais  
Difícil de sua imagem me desvencilhar, mas nem quero tentar  
Interage com a sociedade, por gerações, relevantes informações  
Noticiando quais documentos, prazos e processos para me declarar  
Informando obrigações, combatendo qualquer sonegação  
Olhos atentos, presença fiscal, desvendando toda ocultação  
Defendendo a sociedade, manso, mas sempre prestes a atuar!

Após cem anos, tantas mudanças se impuseram  
Progressos tão intensos e marcantes em minha existência  
Surgiu quando a minha entrega ao Fisco era em papel  
Entrei para a era digital, novas formas de apresentação e aparência



Posso estar em seu celular, através de aplicativo  
Computador, notebook, mantendo-me atualizado e ativo  
Um século de passou, ainda sou aprendiz, muita resiliência!

Seguirei por mais cem anos, talvez milênios  
Mudando a realidade dos menos favorecidos  
Um ideal que jamais poderá ser destruído  
Passam governos, supostos padrões estabelecidos  
Continuarei atuante, vibrante, contextualizado  
Propiciando à sociedade um país organizado  
Permitindo que bons valores sejam enaltecidos.

Após esta síntese de minhas peculiaridades  
Chegou o momento, meu nome vou te revelar  
Se ainda não percebeu quem sou, última dica  
A cada início do ano, iremos nos encontrar  
Sou o Imposto de Renda, um aprendiz centenário  
Torcendo pelo Brasil, por cada cidadão, um eterno visionário  
Te convido, por fim, junte-se a mim, vamos juntos celebrar!



— |

| —

— |

| —

*Menção*

*Honrosa*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



## ***Imposto de Renda***

**João Batista da Silva Machado**  
*Assistente Técnico-Administrativo da RFB-DRF/Boa Vista-RR*

*Ingressou na Receita Federal em junho de 2015. Trabalha na Sapol – Seção de Programação e Logística na Delegacia da Receita Federal em Boa vista, Roraima.*

Muito prazer, permita me apresentar:  
Sou o Imposto de Renda e vou lhes falar.

Nasci lá no ano de 1922  
E eis-me aqui, cem anos depois.

Tecnicamente sou progressivo, pessoal e direto  
7,5% a alíquota menor e 27,5% é meu teto.

Ainda tem a faixa do isento,  
Que não tem renda neste momento.



A Constituição de 88 me recepcionou  
E no Artigo 153 assim me apresentou:

“Compete à União instituir imposto sobre renda”  
E estava sob o Ministério da Fazenda.

(Aquele Ministério hoje em dia  
Agora é o Ministério da Economia).

No parágrafo segundo do Artigo 153  
Está no Inciso I, que falo para vocês:

“Na forma da lei, será informado nos critérios da generalidade,  
Universalidade e também da proporcionalidade”.

(Para eu ser atualizado  
O Inciso II foi revogado).

Quem me rege é o Código Tributário Nacional  
E sou administrado pela Receita Federal.



Quem entende de Educação Fiscal  
Sabe que ajudo na construção social,

Destinando verbas para a sociedade,  
Gerindo recursos com humanidade.

A minha mascote, o meu xodó  
É um leão, lindo que só.

É um felino, que vive na selva,  
E na savana, e dorme na relva.

Por que tiveram este bom gosto  
De fazê-lo a mascote do imposto?

Porque apenas sua presença e seu jeito  
Já impõe um grande respeito.

Ele é um manso animal  
Que não quer fazer o mal.

Não ataca ninguém sem avisar.  
Ele nunca vai te decepcionar.



Bem, cem anos se passaram  
E eu ainda estou aqui,

Desde que leis me criaram  
Muita história eu já vivi.

Então, no meu centenário,  
Por favor, me atenda,

Diga: “FELIZ ANIVERSÁRIO, PARA O IMPOSTO DE RENDA”!



*Poesia*

*Classificada*



Histórias de Trabalho da  
Receita Federal do Brasil



## **Correspondência Postal**

Ana Emília Baracuhy Cavalcanti

*Auditora-Fiscal da RFB-SRRF04/Recife-PE*

*Ingressou na RFB em 15/05/1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Empossada no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional em 16/12/1997. Exerceu as funções de assistente na Superintendência, chefe do Serviço de Recursos Humanos, Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas, Superintendente-Adjunta e atualmente é assistente no Gabinete da 4ª Região Fiscal - SRRF04.*

Na era digital, onde tudo é virtual  
Uma correspondência postal não é muito usual  
Se não for boleto ou prospecto comercial  
O remetente é a Secretaria da Receita Federal

O coração do cidadão logo acelera  
Suas mãos chegam a suar  
Seu primeiro pensamento é  
Quanto terei que pagar



Para ele tudo é intimação  
Cobrança ou auto de infração  
Acredita que a malha fina reteve sua declaração  
E o imposto será cobrado com multa e correção

Ainda sobressaltado, olha com atenção  
E descobre que o chamado é para regularização  
É só seguir com cuidado toda a orientação  
Fazendo tudo de casa sem precisar ir à repartição

Existe um tal de portal e-CAC  
Onde consulta as pendências da declaração  
E encontra os procedimentos  
Para resolver sua situação

O centenário Imposto de Renda continua a se modernizar  
O avanço tecnológico veio para facilitar  
Mas o Leão do Imposto de Renda  
Continua a assustar!



